

ATA RESUMIDA DA 625ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2013.

1) DATA E PRESENÇA

Dia vinte e oito de outubro do ano dois mil e treze, em segunda convocação, às vinte horas e trinta minutos, tendo assinado a lista de presença cento e setenta e nove Conselheiros.

2) MESA DIRETORA

Presidência: José Manssur
Vice-Presidente: Evandro Antonio Cimino
Primeiro Secretário: Eduardo Ribas Oliveira Machado
Segundo Secretário: Antonio Alberto Foschini
Terceiro Secretário: Luiz Fernando Pugliesi Alves de Lima

3) ABERTURA DA REUNIÃO

Presidente - Senhoras e Senhores Conselheiros, boa noite. Havendo quórum regimental vamos dar início a mais uma reunião do Egrégio Conselho Deliberativo. Convido a todos para que ouçamos e cantemos o Hino de nossa Instituição, de autoria do Conselheiro Francisco Pignatari Filho.

- é executado o Hino do Esporte Clube Pinheiros.

4) EXPEDIENTE

Presidente - De acordo com os ditames estatutários, o Expediente tem uma duração fixa de 30 minutos e eu irei observar estritamente, em razão da pauta que os senhores receberam, onde consta a Ordem do Dia, eu irei observar estritamente os 30 minutos previstos para o Expediente. E eu inicio o Expediente propondo um voto de louvor à Equipe de Basquete de Basquete do Esporte Clube Pinheiros, que no início do mês, jogando contra o Olympiacos, da Grécia, em Barueri, sagrou-se Vice-Campeã Intercontinental de Basquete, que é o mais importante Campeonato Mundial da modalidade disputado entre clubes. Via de regra, quando prestamos essas homenagens nós cumprimentamos os atletas e também os técnicos, mas neste momento eu gostaria de estender este voto ao Diretor da Área de Esportes, nosso companheiro do Conselho João Fernando Rossi e ao Diretor Adjunto de Basquete Ricardo Rinkevicius e ao Técnico Claudio Mortari. Com relação ao João Fernando Rossi eu posso lhes dizer que, até há pouco tempo, o Pinheiros era um mero coadjuvante dos

campeonatos de Basquete e, a partir do momento que S. Sa. assumiu a Diretoria, o Pinheiros passou a ser protagonista, campeonato municipal, estadual, nacional e internacional. Daí porque este voto de louvor. Antes de prosseguir eu gostaria de registrar e, faço com uma enorme honra, a presença de um órgão e, agora é por lei federal, soberano como era e sempre foi aqui, independente, e que se encontra conosco, que é o egrégio Conselho Fiscal, figuras do Professor Keyler, Dr. Luiz e o ilustre Dr. Ademir Scarpin. Os nossos cumprimentos. Queria também apresentar um voto de louvor, em gênero, à Presidência da Diretoria e, na espécie, à Diretoria Médica, na figura deste ilustre Médico, Dr. Imperatriz, que nos brindou no mês de outubro com o Outubro Rosa, que foi uma campanha de divulgação da prevenção do câncer de mama, quando é obrigação do Estado prestar os serviços de saúde, mas quando entidades ao lado do Estado se irmanam em auxílio ao órgão estatal para divulgação de programas médicos. E no caso do porte do Esporte Clube Pinheiros nós temos que reverenciar essa atitude. Daí porque esse voto ao Dr. Imperatriz pela feliz ideia. E já aproveito para convidar os senhores para o Novembro Azul, onde no dia 21 de novembro e, sem distinção de gêneros, estará presente aqui um dos maiores médicos não apenas do Brasil, mas do mundo, que é o Professor Dr. Miguel Srougi, que fará neste Novembro Azul uma conferência a respeito da saúde do homem, principalmente da questão da prevenção do câncer de próstata. Queria também, ainda, à Presidência da Diretoria, apresentar em específico à Diretoria Cultural um voto de louvor pela apresentação da Orquestra Sinfônica que nos brindou, como sempre, com um concerto maravilhoso e também com apresentação, de muito sucesso, do artista Guilherme Arantes. A Mesa propõe também um voto de louvor ao Conselheiro, nosso companheiro que está presente Edmundo Comino Junior, que conquistou o Campeonato da Etapa Paulista de Squash realizado nas dependências do Clube entre 3 e 6 de outubro. Eram essas as Comunicações da Presidência.

Primeiro Secretário - ... Inicialmente, gostaríamos de comunicar que se encontra à disposição dos Conselheiros, na Secretaria, o Relatório de Acompanhamento Mensal do mês de setembro de 2013. Cabe informar, também, que se encontram à disposição para consulta cartas recebidas da Diretoria, comunicando nomeações de Diretores para o biênio 2013/2015. Ao fim e ao cabo, informamos também que o Dr. Ricardo Alberto Rossi Campedelli foi nomeado Integrante da Comissão Permanente de Saúde e Higiene, com mandato até o mês de maio de 2014, em substituição à Dra. Karina Monteleone Lachoswski, que se demitiu em razão de seus compromissos profissionais.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro (pela ordem) - Gostaria de inicialmente solicitar de V. Sa. o número de pessoas inscritas no Expediente até o presente momento.

Presidente - São três, Conselheiro Dr. Alberto.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Então, gostaria de fazer uma proposta que fosse submetida ao Plenário, que nós ouvíssemos exclusivamente esses três Conselheiros que estão inscritos no Expediente e gostaria que fosse efetuada uma alteração na Ordem do Dia. Isso está previsto no art. 39, inciso II, porque nós temos matérias importantes de deliberação hoje. Então gostaria de propor a seguinte Ordem do Dia, que fosse submetida aos nossos Pares. Primeiro item da Ordem do Dia seria apreciação do processo CD-18/2013, que é justamente o pedido de autorização formulado pela Diretoria de complementação de verba. Em seguida, apreciação do processo CD-13/2013, que se refere ao recurso oferecido contra decisão de V. Sa. Na sequência, apreciação do processo CD-17/2013, que é aquele simples pedido de autorização para celebrar contrato de concessão. Em seguida o processo disciplinar e aí, na medida em que seja possível, fazemos a sequência da Ordem do Dia, “A Voz do Conselheiro”, apreciação da Ata e, finalmente, Várias. Então, essa é a proposta que gostaria de submeter a V. Sa. e que se V. Sa. pudesse submeter ao Plenário. Me parece que é inclusive um desejo, um interesse, uma manifestação inclusive dos próprios associados que compareceram aqui hoje para acompanhar a realização dessa nossa reunião.

Presidente – Os senhores entenderam a proposta? O Conselheiro Alberto Fasanaro pede que façamos agora o Expediente, porquanto há apenas três inscritos, até porque o Expediente não faz parte da Ordem do Dia. Quando começarmos a Ordem do Dia, ela se inicia com “A Voz do Conselheiro”, depois apreciação da Ata e depois as matérias objetos da convocação. Tendo em vista a relevância e importância de uma das matérias, todas, mas principalmente de uma das matérias que na Ordem do Dia consta após a Ata, Dr. Alberto pede que façamos o Expediente e, logo após o Expediente, iniciemos os trabalhos com a deliberação e votação do processo correspondente à complementação de verba, em seguida, de um recurso contra decisão da Presidência, depois o pedido de autorização para uma concessão de prestação de serviços lá no local da Churrascaria, depois o processo disciplinar, em seguida, Ata da última reunião, “A Voz do Conselheiro” e Várias. Ficou claro para os senhores?

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – Como ficou a ordem?

Presidente – Primeiro a complementação da verba, Dr. Montoro, depois o recurso contra decisão presidencial, depois o pedido de concessão, depois o processo disciplinar, que seria o último da Ordem do Dia de hoje, antes de Várias. Depois a Ata, “A Voz do Conselheiro” e Várias.

Silvia Schuster – Manssur, só tenho uma dúvida. Naquela última reunião ficou um item faltando, não deveria ser esse o primeiro?

Presidente – Sim, este item faltando, a senhora tem razão, estabelece o Estatuto, que ele seria, na Ordem do Dia, o primeiro, tal qual eu observei, mas como o Plenário é soberano, há um pedido de alteração desta ordem.

Silvia Schuster – Pode se alterar?

Presidente – Eu cumpro de colocá-lo em primeiro lugar, agora, diante do pedido do ilustre Conselheiro Efetivo e, Presidente de sempre, Alberto Fasanaro, de inversão, o Plenário é soberano. Se o Plenário aprovar é porque melhor será aproveitada a reunião se assim o fizermos, se o Plenário não aprovar nós vamos direto nesse assunto.

Silvia Schuster – Muito obrigada pelo esclarecimento.

Presidente – Então, Dr. Montoro, ficou; “A Voz do Conselheiro” seria o 6º, o item 2 seria o 5º, o item 3 seria o 2º, o item 4 é o 1º, o item 5 seria o 2º e, o item 6 o 4º. Aqueles Conselheiros que estiverem de acordo com a inversão da pauta da Ordem do Dia, proposta pelo Conselheiro Alberto Fasanaro, permaneçam como estão. Os que estiverem em posição contrária queiram-se levantar, por favor. Por expressiva maioria, a Ordem do Dia está invertida. Então vamos ouvir os inscritos no Expediente, iniciando-se pela ilustre Conselheira Silvia Schuster, em seguida, o Dr. Luiz Fernandes e, finalmente, o Conselheiro Edgard Ozon.

Silvia Schuster – ... Eu venho aqui falar de um final de semana maravilhoso que tivemos no Boliche, agradecer a Diretoria, pedir um voto de louvor a esta Diretoria nova que foi empossada com o Rogério Arkie. Eles estão fazendo um trabalho muito bom. Esse final de semana nós tivemos quase 60 duplas do 1º Torneio de Duplas Solidário, foi uma maravilha o torneio, grade aceitação dos sócios, e queria pedir um voto de louvor. Ao mesmo tempo, quero convidar os Srs. Conselheiros que queiram participar de outra inovação. Nesse próximo domingo nós teremos um torneio, que também será de duplas, só que é o seguinte, nós que jogamos Boliche temos que trazer alguém que não jogue Boliche, independente se sabe ou não jogar, é uma inovação. Queria convidá-los, quem tiver esse interesse é só ir à Secretaria do Boliche para participar. Acho que vale a pena, é uma Diretoria que está empenhada no sucesso.

Edgard Ozon – ... Eu vou ser rápido, porque tenho aqui vários títulos do Judô, só vou falar dos títulos, não vou nem nominá-los, porque vou entregar isso à Mesa para os votos de louvor que estou pedindo hoje. Eu falei aqui na última reunião que tivemos tantos campeões paulistas, que era um campeonato muito difícil, e tal, e obviamente eles seriam campeões brasileiros. Nós tivemos 4 medalhas de Ouro, 1 de Prata e 1 de Bronze. Aí eu tenho aqui o Torneio Benemérito de Judô, que também ganhamos medalha de Ouro. Aí tem o

Campeonato Mundial Sub 20, que também ganhou medalha de Bronze. E no Paquistão, uma atleta só ganhou 1 medalha de Ouro e 1 de Prata. Tivemos também um Torneio de Crianças e o Pinheiros ganhou todas as etapas, que seriam talvez os futuros campeões de Judô. Então, Sr. Presidente, eu peço um voto de louvor e vou entregar isso em mãos.

Presidente – Em 20 minutos nós cumprimos todo o Expediente e vamos para o item que todos aguardam, que seria o item 4º da Ordem do Dia.

5) ORDEM DO DIA

Item 3 - Apreciação do processo CD-19/2013, referente ao pedido de autorização formulado pela Diretoria, para utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$ 8.048.610,78, para a conclusão da obra do Complexo Faria Lima – Novo Estacionamento e Ginásio de Tênis.

Presidente – O pedido foi regularmente processado, todas as Comissões Processantes interferentes opinaram. A matéria foi entregue completa para todos os senhores. Os pareceres são no sentido de que ela se encontra em condições de ser deliberada e discutida pela Casa, razão pela qual eu abro a discussão. Há doze inscritos ... Quero apenas, aproveitando, que o tempo regimental é de 10 minutos, prorrogável a critério da Mesa. Eu vou observar, pelo número dos inscritos, estritamente o prazo de 10 minutos, porque assim o diz o Regimento Interno do Conselho.

Ricardo Alberto Carneiro La Terza – ... A Diretoria do Clube solicitou através do ofício DI 591/2013, autorização para utilizar a verba de R\$8.048.610,00 do Fundo Especial para conclusão do Complexo Faria Lima, Estacionamento e Ginásio de Tênis. Então, a obra em novembro de 2012 estava orçada em R\$49.980.200,00. Com esse valor solicitado de R\$8 milhões e 048 mil, ela passa a ter um valor agora em outubro de R\$58.028.811,00. Então, para embasar seu pedido de verba, a Diretoria enviou ao Conselho Deliberativo, está lá na Secretaria do Conselho Deliberativo, planilhas analíticas que contém todos os unitários e valores pagos da obra. Essas planilhas foram elaboradas através das notas fiscais efetivamente pagas de materiais e mão de obra. Através da análise dessas planilhas, a Comissão de Obras pôde constatar o seguinte. Em primeiro lugar, a empreiteira Bueno Netto orçou vários quantitativos de serviços a menor, ou seja, em vários itens, eu vou dar um exemplo, chutando, não vou entrar em detalhes, que são 94 páginas. Um item que eram 100 metros cúbicos, ela orçou 50 metros cúbicos. Por que ela orçou? Isso é problema interno dela, interno, que isso vem refletir depois no final da obra. Entre isso, houve orçado a melhor escavação, concreto, armação e remoção da terra para a execução das sapatas. Vários serviços não foram

previstos pela empresa Bueno Netto na sua proposta apresentada ao Clube Pinheiros. Então, entre esses serviços constava o tratamento de concreto nos três pisos da garagem, cravação de perfis metálicos, perfuração do concreto para passagem de tubulações, locação de máquinas para retiradas de solo confinado e outros itens. Após a saída da Bueno Netto, o Clube teve que executar vários serviços, entre eles, a rampa de saída, que está em finalização, refazer 600 metros quadrados de compactação do terceiro subsolo, conclusão da impermeabilização, 80% da alvenaria do terceiro subsolo, 40% da alvenaria do segundo subsolo, as quadras externas coube ao Clube fazer, o paisagismo e a conclusão das Portarias. Todos esses serviços realizados após a saída da Bueno Netto, contratados diretamente pelo Clube totalizaram esse valor de R\$8.048.610,78 que o Clube solicita de suplementação de verba através do Fundo de Investimentos. Bom, passado isso, a Comissão de Obras teve o cuidado de analisar o relatório dos auditores independentes. O Clube contratou a empresa Alonso e Barreto Auditores Independentes para fazer um relatório sobre o andamento das contas da Garagem. Parte desse relatório circulou nas mídias sociais, porém, a conclusão, eu pelo menos não vi a conclusão do relatório nas mídias sociais, então eu vou só citar quatro itens. Na página 29 do relatório, eles citam “Não identificaram qualquer fato que pudesse identificar a prática de fraudes pelos responsáveis por gerenciar a obra.” Na mesma página 29 do relatório dos auditores independentes “Todos os problemas relativos às medições e outros procedimentos que foram identificados durante os exames foram corrigidos pelos departamentos respectivos.” Na mesma página 29: Os auditores independentes concordaram com os procedimentos adotados para aquisição de materiais ou contratação de serviços a partir do mês em que o Clube ficou responsável pela obra. E na página 30: Os auditores não identificaram falhas no processo de retenção de 4,65% dos tributos PIS, COFINS e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Esses quatro itens foram elaborados pela Alonso e Barreto Auditores Independentes e esse relatório está presente na Secretaria do Conselho Deliberativo. O valor da Garagem, que é um assunto de interesse de todos os Membros do Conselho Deliberativo. Para fazer apuração do valor da Garagem o Clube contratou a Empresa Gabinete Gomide de Perícias. Essa empresa tem como titular o Engenheiro Tito Lívio de Oliveira Gomide, que é um profissional de grande conceito no mercado de engenharia, ele é perito judicial, professor universitário, têm várias obras publicadas sobre engenharia no mercado e ele já foi Presidente do IBAPE, que é Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e atualmente é Diretor do Instituto de Engenharia. Então, o escritório do Engenheiro Tito Lívio orçou a obra da Garagem em R\$69 milhões e 427 mil. A Comissão de Obras analisou esse relatório e concluiu que ele foi elaborado dentro das normas técnicas vigentes e o valor de R\$69 milhões e 427 mil está dentro dos parâmetros de mercado. Nós, da Comissão de Obras, tínhamos um problema de aferir esse preço da Garagem, então nós tomamos conhecimento que o Clube Harmonia está construindo uma garagem na sua

sede, lá na Rua Canadá. Então, no dia 15 de outubro, Dia do Professor, a Comissão de Obras, fomos eu, o Engenheiro Tatit e o Engenheiro José Luiz De Luca fomos visitar o Clube Harmonia. Lá, nós fomos recebidos pela diretoria de patrimônio do clube, o Engenheiro José Eduardo Lellis Vieira Filho que, por incrível que pareça, também é associado do Pinheiros, Sócio Veterano daqui e ele nos mostrou a obra. A obra é muito similar, é menor que a do Pinheiros, mas é similar, três subsolos, térreo, uma piscina elevada, com 200 vagas, 40 vagas para moto, mesmo tipo de escavação, 15 metros de profundidade de escavação, parede diafragma. Uma área construída de 7.958 metros quadrados. O valor do contrato para outubro de 2012, R\$25 milhões. Então vamos fazer um comparativo aqui, o Harmonia com 7.958 metros quadrados teve um contrato de R\$25 milhões, então tem uma obra a R\$3.141,00 por metro quadrado. O escritório do perito Gomide avaliou nossa obra em R\$69 milhões e 427 mil – Estou arredondando porque números quebrados não interessam – nós temos uma área equivalente na nossa obra de 31.498 metros quadrados. O que é área equivalente? Primeiro, segundo subsolos mais parte do andar térreo, que em perícia judicial a gente calcula mais ou menos 50%, então isso aí vai dar 31.498 metros quadrados, então o escritório Gomide avaliou nossa obra em R\$2.200,00 o metro quadrado. O Clube Pinheiros está concluindo sua obra em R\$58 milhões e nós estamos com R\$1.842,00 por metro quadrado. Então vocês podem ver, o escritório Gomide e o Clube Pinheiros estão próximos e o Harmonia está um pouco acima, por quê? Porque o Harmonia optou fazer a obra dele no sistema *Turn Key*. O que é o sistema *Turn Key*? É a contratação por preço global, chave na mão. Então, isso aí, quando o empreiteiro dá um preço para esse tipo de obra já dá um preço mais elevado. O Clube optou por fatiar a obra. Fez vários contratos, então fez contratos de escavações, parede diafragma, pré-moldados, construção civil, impermeabilização, N contratos, então isso diluiu o BDI, em vez de pagar um BDI para uma grande construtora, ele contratou diretamente, então baixou o preço. Então isso ficou comprovado aqui, nós estamos com R\$1.842,00 por metro quadrado e o Harmonia está com R\$3.141,00 por metro quadrado. Agora, eu vou fazer para vocês, para finalizar...

Presidente – Conselheiro, só para advertir que já estão esgotando os 10 minutos regimentais, só tem dois minutos para concluir.

Ricardo Alberto Carneiro La Terza – Sr. Presidente, eu tenho duas laudas aqui, vamos embora.

Presidente – Dois minutos para concluir.

Ricardo Alberto Carneiro La Terza – Para finalizar, vou fazer um breve relato da obra. Primeiro subsolo está concluído, já está pronto para demarcação das vagas de Garagem; segundo subsolo concluído, pronto para

demarcação das vagas de Garagem; terceiro subsolo, concluído, faltando limpeza pesada para poder iniciar a demarcação de vagas de Garagem. O gerador a diesel está instalado e funcionando. Caixa d'água instalada e funcionando. Cabine de entrada de força, cabine primária instalada e funcionando. Os quatro elevadores estão instalados e, em testes. A rampa de saída, o primeiro subsolo, no térreo, está sendo concluída essa semana. Portaria do Tênis está concluída. Portaria Interna está concluída. Das quadras externas, uma quadra de saibro em uso, uma quadra rápida pronta a semana passada, uma quadra pintada de azul, vocês podem jogar lá, uma quadra de saibro sendo finalizada nos próximos 10 dias e uma quarta quadra até o dia 20 de novembro. Então a obra está praticamente concluída. Além disso, o Clube está providenciando obtenção dos seguintes documentos: Vistoria do CONTRU, elevadores, Corpo de Bombeiros, Secretaria do Verde, Secretaria de Transportes e CEHAB ou Habite-se. Sem cada uma dessas vistorias, sem cada um desses alvarás nós não conseguiremos o Habite-se. Gostaria de lembrar que o Clube aprovou previamente o nosso projeto da obra em cada uma dessas Secretarias, então o que essas Secretarias têm que fazer é vir aqui fazer o auto de vistoria de conclusão de obra, correto? E para finalizar, Presidente, nós, da Comissão de Obras, entendemos que o pedido de utilização do Fundo Especial no valor de R\$8 milhões...

Presidente – Para concluir, Conselheiro, seu tempo se exauriu, por favor.

Ricardo Alberto Carneiro La Terza – Último parágrafo.

Presidente – Requerimento final.

Ricardo Alberto Carneiro La Terza – ... tem fundamento e o montante se refere a serviços prestados não orçados, ou orçados a menor pela empreiteira Bueno Netto. Assim sendo, concluímos que o pedido de verba está pronto para ser debatido e apreciado por este Conselho Deliberativo. Agradeço e boa noite.

Presidente – E assim será feito.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – ... Sr. Presidente, em relação a esse item tão importante para o Clube vale lembrar o início desse processo da obra do Novo Estacionamento. Nas gestões anteriores do Clube e, por aprovação deste Conselho, foi criada uma Comissão para estudar o novo Plano Diretor e na ocasião o Presidente desta Comissão foi o Conselheiro João Benedicto de Azevedo Marques. Na época foi realizada uma audiência pública em que foi franqueada a participação dos associados nessa reunião no Salão de Festas do Clube para discutir o Plano Diretor de Obras de uma maneira geral e estava inclusa ali também uma possível obra de um Novo Estacionamento. Posteriormente, foi feita também uma pesquisa junto aos associados para que

os associados também colocassem como prioridade algumas obras do Clube e o item do Estacionamento foi, em que pese alguns associados e conheço alguns que não são favoráveis à obra, a maioria se manifestou nessa pesquisa favorável à obra do Estacionamento. Posteriormente, a Diretoria numa gestão anterior do atual Presidente Dutra, o Presidente Antonio Moreno levou ao Conselho uma proposta para aprovação desta Casa, uma proposta para a construção de uma nova Garagem. Na ocasião essa proposta contemplava o valor de R\$ 27 milhões, salvo engano, para construção da nova Garagem e a reposição das quadras de Tênis que teriam que ser removidas em razão da obra, acrescida de mais quatro quadras que seriam construídas. De forma que o Clube que, normalmente conta com 24 quadras de Tênis, o Clube passaria a contar com mais quatro quadras. O Conselho Deliberativo houve por bem na ocasião aprovar a proposta, sem, todavia, constar um projeto executivo. Portanto, esta Casa não tinha e a própria Diretoria não tinha pormenorizado os valores que seriam gastos nessa futura obra. E a obra foi feita, a licitação foi realizada, uma empresa conceituada no mercado, que é a Construtora Bueno Netto, uma construtora que têm ações negociadas na Bolsa de Valores, empresa de capital aberto muito conhecida, houve por bem vencer o processo licitatório e iniciar as obras. Foi contratada também, assim como determina esse tipo de obra, uma empresa gerenciadora para acompanhar toda obra. Durante todo o processo, Sr. Presidente, da obra, indiscutivelmente houve problema. A própria Diretoria reconhece que esses problemas aconteceram. A obra está atrasada e o valor previamente estipulado de R\$27 milhões foi aumentando ao longo do tempo. Nesta Casa, salvo engano, já aprovou dois aditivos para que a obra fosse encerrada e, mais uma vez, a Diretoria agora vem ao Conselho Deliberativo requerer mais R\$8 milhões que, grosso modo, analisando aqui os números apresentados pela Diretoria, representa em relação ao valor autorizado em 12/11/2012, de R\$49 milhões e 900 e poucos mil, essa verba suplementar representa algo em torno de 10%, 12% do valor que havia sido autorizado. O problema, Sr. Presidente, eu acredito que tenha sido desde o início da obra. Naquela oportunidade eu, como Conselheiro, assim como outros colegas, me manifestei, sugerindo ao Conselho Deliberativo e à própria Diretoria que fosse criada uma comissão suprapartidária de Conselheiros e associados para acompanhar a obra, isso porque a Comissão de Obras e, eu não estou fazendo nenhum juízo da competência da Comissão de Obras e de seus quadros, que são reconhecidamente engenheiros competentes, mas a Comissão de Obras analisar todas as obras relativas ao Clube, e esta Comissão Especial sugerida por nós iria acompanhar exclusivamente a obra da nova Garagem. Infelizmente naquela oportunidade, não sei por que razão não foi nomeada esta comissão, que poderia ter acompanhado e sugerido à Diretoria e ao Conselho sugestões que evitariam esses aditivos que hoje nós aqui somos obrigados a enfrentar. Esse tipo de processo, as empresas, quem trabalha no mercado privado sabe que o processo é algo mais importante, que todas as empresas privilegiam essa

questão do processo e precisa ter um processo mais definido. Embora no Clube tenhamos Regimento Interno, Estatuto, Regulamento evidentemente numa obra como essas, que é a maior obra do Clube dos últimos 30, 40 anos, seria necessária uma participação maior e uma atenção maior. De forma que hoje não estaríamos enfrentando essa série de aditivos, inclusive hoje seria nosso terceiro aditivo que o Conselho vai apreciar. Então, com todo respeito, Sr. Presidente, e eu aqui estive, a convite da Diretoria visitando a obra, o próprio Presidente e Vice-Presidente da Diretoria sempre se dispuseram a explicar o andamento da obra, etc., mas o processo na minha concepção foi equivocado. Poderíamos ter optado por essa comissão suprapartidária que ajudaria. E hoje esse atraso da obra e esse valor maior que estamos enfrentando, essa conta seria dividida com essa comissão, e, hoje, infelizmente não podemos dividir essa conta com ninguém, a própria Diretoria infelizmente é responsável pelo atraso, não só a atual Diretoria, como a Diretoria que aprovou o primeiro projeto para o início da obra. Não estamos aqui, Sr. Presidente, apenas criticando, estamos aqui dando sugestões, inclusive que sirva de exemplo para outras obras que o Clube certamente fará e que precisamos ter esse processo, ter essas comissões e permitir que os Conselheiros e os associados participem mais. Aquela audiência pública que foi presidida pelo Conselheiro João Benedicto de Azevedo Marques, que permitiu que os associados conhecessem o Plano Diretor de Obras e pudessem dar suas opiniões, é muito importante, porque em questões de uma obra como essas, é a maior obra do Clube dos últimos 30 anos, é inadmissível que o associado não participe desse debate, dessa discussão. E o Conselho também, não apenas através de suas Comissões Permanentes, mas também com Comissões Especiais. Isso seria bom para a Diretoria e para o Clube de uma maneira geral. Então, que todos esses problemas enfrentados nessa obra atual da nova Garagem sirvam de exemplo não só para esta Diretoria, mas para o Conselho, todos nós, porque a responsabilidade também é do Conselho. Portanto, Sr. Presidente, realmente do ponto de vista técnico é muito difícil fazer qualquer análise, até porque sou advogado e acho que a Diretoria, aliás, sugiro, Sr. Presidente, requeiro, que a Diretoria dê suas explicações aqui hoje nessa reunião na Tribuna, que justifique esse aditivo de R\$8 milhões, muito embora o próprio Presidente da Comissão de Obras já deu suas explicações tanto no seu relatório quanto aqui na Tribuna, as a Diretoria evidentemente teria que fazer esse pronunciamento.

Célio Cássio dos Santos (aparte) – Queria consignar que concordo com o que o senhor está dizendo e lembrar, em complemento, que esta Casa quando aprovou a obra do Estacionamento, nós aprovamos uma obra que nos custaria R\$27 milhões, através da qual teríamos quatro quadras de Tênis a mais, que deveria ter sido entregue 500 e não sei quantos dias atrás, e que durante esses 500 e poucos dias já estaria nos rendendo através da cobrança do

Estacionamento. De modo que isso tudo não foi entregue até hoje e, reiteradamente são pedidos mais milhões, milhões e milhões...

Presidente – Conselheiro, com muita honra, V. Sa. está inscrito na Ordem do Dia e o art. 62 diz: Aparte é interrupção do orador para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate, devendo ser breve e cortês, não excedendo o tempo de dois minutos. Nós todos vamos ter a honra de ouvir o senhor na Tribuna, o senhor já está fazendo antecipação.

Célio Cássio dos Santos – Mas eu acho que, salvo engano, não deram dois minutos.

Presidente – Não é pelo tempo, para mim o tempo é o de menos, aqui não é corrida de Fórmula 1, é apenas o objetivo da sua indagação, porque senão nós teremos a honra de ouvi-lo duas vezes, embora seja um prazer e, os demais uma vez só. Então, agora o senhor vai ser ouvido no aparte, depois vai ser ouvido na oração.

Célio Cássio dos Santos – Quanto tempo eu tenho?

Presidente – 40 segundos.

Célio Cássio dos Santos – Então, continuando, Dr. Cardia, eu só queria dizer que nós temos a obrigação de antes de aprovar qualquer outra verba de esclarecer todos os pontos. E queria saber sua opinião embasada, com base inclusive naquele relatório que há pouco foi entregue ao Conselho, formulado por alguns Conselheiros, que apontaram algumas, não diria irregularidades, mas discrepâncias na obra do Estacionamento, queria saber se você então acredita que nós podemos aprovar isso da forma como está apresentada. Afinal de contas é dinheiro do associado e me parece que efetivamente o associado não quer que mais dinheiro seja colocado na obra antes dos esclarecimentos.

Presidente – Igual tempo para responder, Dr. Cardia, por favor.

Luiz Eduardo do Amaral Cardia – Não me sinto muito confortável em aprovar dessa forma, sem um projeto executivo, porque não sei inclusive se essa verba suplementar de R\$8 milhões vai suprir toda obra até o final, porque nós já tivemos dois outros aditivos. Então acredito, Sr. Presidente, que para o Conselho se sentir mais confortável é evidente que a Diretoria tem que vir aqui à Tribuna dar as suas explicações. E sugiro também que projeto executivo seja enviado a Casa para que possamos analisar evidentemente se esses valores seriam suficientes, e inclusive a própria Comissão de Obras possa se manifestar, porque sem um projeto executivo aconteceu o que estamos

assistindo, que foi aprovada uma intenção de R\$27 milhões, contemplando quatro quadras de Tênis a mais. Esse valor acabou dobrando e hoje estamos pedindo o terceiro aditivo. Aliás, Sr. Presidente, quando foi discutida a primeira aprovação foi levantada também a questão, aqui foi citado pelo Presidente da Comissão de Obras a modalidade *Turn Key*, que é obra a preço fechado. É claro que as construtoras nesse tipo de obra colocam uma margem um pouco maior, porque é claro que se algum problema ocorrer durante a obra, ela vai ter que cumprir aquele contrato, aquele valor a preço fechado que foi contratado inicialmente. Claramente, nesse tipo de obra o preço é mais alto e muitas vezes dobrado, mas hoje, os R\$27 milhões que foram aprovados, hoje o valor atual está maior do que aquele valor aprovado que, se naquela ocasião tivesse optado talvez por esse sistema, o custo da obra seria melhor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nelson da Cruz Santos – ... Mais uma vez este Conselho irá discutir um novo aditamento de recursos para o possível término das obras do novo Estacionamento. Senhores Conselheiros, essa obra, o novo Estacionamento começou com uma verdade. Essa verdade foi a necessidade eleita pela maioria dos associados consultados, como a mais necessária. E aqui uma coisa muito importante, foi maioria dos consultados e não maioria do Pinheiros. Alguém já falou aqui que 70% dos associados foram a favor da obra. 70% hoje seriam 21 mil pessoas e, seguramente, não foi esse o número de pessoas ouvidas, mas essa é uma verdade indiscutível. A partir dessa inicial, o restante vem sendo construído com meias verdades, quiçá até mentiras, como, por exemplo, começando pelo local escolhido. Só para lembrar e o Cardia já acabou de fazer isso, no projeto inicial desta Casa não existia e nunca existiu a atual localização. Essa localização e, só para lembrar, a primeira localização era em cima da Garagem atual, a outra era sobre o Campo de Futebol e uma terceira sobre o Salão de Festas, o local atual é de alguma ideia brilhante de algumas pessoas que acharam que ali seria melhor. Nada contra, mas isso não estava no Plano. Então isso não é verdade, isso é meia verdade. Uma das mais meias verdades, não para por aí, para que isso fosse aprovado aqui no Conselho foi apresentado um valor estimado de R\$27 milhões. Me desculpem, eu não acredito que no valor da obra que estavam pensando em fazer eles acreditavam que R\$27 milhões eram necessários, não acredito que eles sejam tão incompetentes para dar esse valor. Pelo contrário, eu acho que foi grande esperteza: Vamos propor um valor baixo, porque aí todo mundo concorda. Ninguém concordaria hoje com R\$60 milhões, se é que vai terminar em R\$60 milhões. A partir daí começam as obras, diga-se de passagem, sem nenhum controle da Diretoria. Leiam o processo dos auditores em que na fase de escavação, de terraplanagem não existia auditoria contratada. Para não cansar, basta ler as justificativas apresentadas para os valores agora obtidos, que mostram uma total desorganização e desconhecimento do que estavam fazendo, incluindo aí uma péssima administração.

- Manifestação de associados.

Presidente – Por favor.

Nelson da Cruz Santos – Ao final, caros Conselheiros, senhores associados, recebemos uma pérola de desinformação, uma verdadeira nuvem de fumaça, quando mais uma vez gastamos dinheiro desnecessário ao contratar o Gabinete de Perícias Gomide para avaliar, entre outras “os custos diretos da obra ao final da mesma”. Isso é brincadeira, senhores e, brincadeira de muito mau gosto, pois se os primeiros auditores não conseguiram auditar os valores na fase de fundações e terraplanagem, como agora, ao final da obra uma empresa consegue auditar tudo? A não ser que vocês estejam auditando para vender. Para vender ao final da obra é fácil auditar. Agora, ao final da obra, auditar quanto custou, quando na fase inicial você não teve esses dados, me parece que isso pode ser criado. Caros e nobres Conselheiros, neste Clube de alguns anos para cá vem se praticando a política do Barão de Rio Branco, política de terra ocupada. Inicia-se uma construção que não mais pode ser mudada e depois vão se criando justificativas para os valores inicialmente subestimados, propositadamente, para que sejam agora aprovados e adequados. Portanto, Srs. Conselheiros, esse Estacionamento não pode atrasar mais do que já atrasou, porque lembrem-se que naquele custo inicial, estava na proposta inicial, que o dinheiro viria da arrecadação do funcionamento desse Estacionamento. Quase dois anos de atraso todo esse valor que devia ser arrecadado e não foi, nós, associados, estamos pagando.

- Manifestação de associados.

Presidente – Eu vou garantir porque é um direito inalienável a presença dos associados, porque é a livre manifestação do pensamento da liberdade, isso será para mim garantido intransigentemente, mas dentro dos limites da legalidade, porque eu tenho que dirigir esses trabalhos, é estatutário que eu deva manter a ordem e ela será mantida sim, mas não desse jeito. Prossiga Dr. Nelson, por favor.

Cândido Padin Neto – Dr. Manssur, só para que as coisas continuem como estão...

Presidente – O orador na Tribuna.

Cândido Padin Neto – É para a Casa mesmo. Poderia só, Dr. Manssur, como eles deveriam se manifestar?

Presidente – Assistindo, o verbo assistir é presenciar, o verbo assistir, como diz o Estatuto, mas sem qualquer tipo de manifestação, porque este Plenário é soberano, ele é isento a qualquer tipo de manifestação.

Cândido Padin Neto – Como são novos na Casa precisa saber como se manifestar.

Presidente – Eu estou falando, Conselheiro. Já houve Presidente nesta Casa, que está aqui que, em palmas da Diretoria, ele ameaçou de retirá-los do plenário, se continuasse.

Cândido Padin Neto – Justamente.

Presidente – Mas eu vou permanecer com os Conselheiros.

- Associada se levanta e tenta se manifestar.

Presidente – A senhora não pode falar porque aqui só fala o Conselheiro, a senhora pode e vai assistir mesmo, mas, por favor, sem qualquer manifestação externa. Está respondido, Conselheiro.

Cândido Padin Neto – Muito obrigado, Dr. Manssur.

Presidente – Prossiga Dr. Nelson.

Nelson da Cruz Santos – Portanto, Srs. Conselheiros, o Estacionamento não pode atrasar mais do que já atrasou, causando grandes prejuízos à coletividade pinheirense. Mas, para isso, faço dois questionamentos à Diretoria. O primeiro, que o Sr. Presidente da Diretoria ou alguém por ele nomeado, explique claramente, porque não consegui me convencer na última apresentação, qual a necessidade desse valor a mais. E mais do que isso, se esse valor agora aqui solicitado, porque não está na documentação enviada, está cobrindo também a instalação das quadras cobertas? Porque ao que parece não está. Então é muito provável que amanhã, ou quem sabe daqui a algum tempo nós estejamos aqui novamente discutindo mais um aditamento de verba para agora completar a parte superior do término dessa fantástica obra. Meus amigos, o que espero é que esse pedido de aditamento seja o último, porque não é possível que uma obra desse tamanho sofra tantos aditamentos, um custo que já está mais de duas vezes o valor inicial, isso não é admissível em qualquer instituto, qualquer ordem que se julgue como no mínimo correto. Muito obrigado.

Carlos Roberto Sá de Miranda Bório (aparte) – Nobre Conselheiro, a Ordem do Dia é muito clara e creio que ela deverá ser respeitada, onde ela diz que faz

a solicitação de R\$8.048.610,78 para conclusão da obra Complexo da Faria Lima, do Novo Estacionamento e Ginásio do Tênis. Está muito claro.

Nelson da Cruz Santos – Caro e nobre Conselheiro, se o senhor apreciar o último aditamento, as palavras eram exatamente essas e não foi isso que aconteceu.

Flávio Henrique Rosa Tatit (aparte) – O senhor começou seu pronunciamento afirmando que a construção da Garagem não tinha nem o projeto que previa a localização dela. Quero dizer que o senhor está profundamente enganado, no Plano Diretor contemplava essa opção que foi escolhida.

Nelson da Cruz Santos – Então me mostre onde está essa quarta opção, essa seria a quarta opção.

Flávio Henrique Rosa Tatit – Amanhã eu mostro para você.

Presidente – Dr. Tatit, não pode haver apartes paralelos, o senhor já fez o aparte e o Conselheiro Nelson já respondeu. Quero comunicar que o Conselheiro Cardia, secundado pelo Conselheiro Nelson, formulou com base no art. 24, pedido de esclarecimento à Diretoria. Assim, no momento oportuno vou pedir à Diretoria que compareça e preste os esclarecimentos solicitados, por si ou por quem o senhor determinar, Presidente.

Nelson da Cruz Santos – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente – Com muita honra.

André Franco Montoro Filho – ... Compareço aqui para discutir alguns pontos levantados não apenas nessa sessão, como na sessão anterior e como estão aqui definidos neste item da Ordem do Dia. Em primeiro lugar é a respeito da Auditoria Externa Alonso Barreto & Cia Auditores Independentes. Pelo que eu consegui verificar dessa autoria, existem inúmeras questões em aberto. Essa auditoria indicou uma série de medições, esclarecimento, medições que foram solicitadas pelo Conselheiro Mario, que acredito que vai tocar nesse ponto aqui. Então, só quero registrar que é algo que realmente que precisaria, antes de decidirmos a respeito desses valores, que essas questões fossem respondidas. Ao contrário do que foi colocado; essa auditoria levantou vários pontos que precisam ser esclarecidos. Segundo ponto é a respeito da outra auditoria que fez estimativa do valor da obra e que chegou a uma conclusão de que o valor apropriado, a estimativa seria de cerca de R\$68 milhões, quando até o momento são R\$58 milhões e pouco, eventualmente sejam mais, mas R\$58. No entanto, também não tivemos acesso a essa

auditoria, tomamos conhecimento disso. Mas só pelo que foi colocado na exposição da Comissão de Obras e, pelo que aqui falou o Engenheiro La Terza, para mim está cada vez mais claro que existe uma enorme dupla contagem, que nessa estimativa não cabe BDI, que o BDI, como o Conselheiro La Terza diz, refere-se a lucro do empreendedor. O empreendedor é o Pinheiros, não tem lucro. Despesas financeiras, é o Pinheiros que pagava, despesas financeiras não existe. Despesas comerciais, é o Pinheiros também que paga, não tem. E outras despesas indiretas estão incluídas no custo lá, R\$5 milhões, que está na própria auditoria. Para mim, portanto, sem um conhecimento aprofundado, que não tivemos acesso ao documento ainda, mas parece claramente que existe uma dupla contagem e/ou erro conceitual, sendo, o Clube Pinheiros não caberia adicionar o BDI. Portanto, dentro daquelas hipóteses que foram feitas, eu não examinei se realmente são, mas foi contratado, o custo do Clube a R\$58 já são quase 7% superior ao que foi estimado, então realmente não é que está obra acima, está abaixo, quer dizer, nós estamos pagando mais do que aqui foi colocado. A outra questão que gostaria de colocar é a respeito daquilo que foi muito colocado, principalmente pelo Presidente Dutra da distinção entre uma obra fracionada, como foi, contratada diretamente ou *Turn Key*. Pelo que entendi, quando uma empresa está habilitada para fazer fracionamento, como, por exemplo, Departamento de Estradas de Rodagem, Dersa, Metrô, que têm equipes especializadas, etc., eventualmente o *Turn Key* não seja melhor possível, seria possível realizar de forma diferente, fracionando, e o próprio departamento de engenharia dessas empresas. O Clube Pinheiros não tem isso, então eu acho que teria sido melhor, só para registrar, que fosse feita pelo *Turn Key*, que provavelmente menores teria tido o Clube nessa demora, na própria estimativa, quer dizer, são mais de 500 dias de atraso, orçamento mais do que dobrou, uma série de equívocos que foi feita – Eu não sou engenheiro – falo na hora das escavações, que têm que fazer paredes e coisas do tipo, que provavelmente isso teria sido resolvido já nessa *Turn Key*. Mas, finalmente, Presidente, o que me preocupa mais nesse Estacionamento é a questão do acesso e da saída. Eu passo praticamente todo dia ali na Faria Lima, onde seria a entrada do Estacionamento. Minha opinião é absolutamente impossível que se faça a saída por aquele local, entrada e saída, o acesso ao local. Fui informado, o Presidente Dutra falou que quando se conseguiu autorização estava planejado que haveria faixa no meio. Isso não se deu. O atual prefeito e está claro, ele, da Secretaria de Transportes, é de fazer corredores de ônibus, faixa exclusiva de ônibus, está fazendo pela cidade inteira. Prometeu mais de 200. Está fazendo. E esse daqui é um deles, então acho muito difícil que não dê algum problema.

Presidente – Eu vou pedir à Diretoria que esclareça. Presidente, o senhor anote esse ponto para esclarecer, por favor.

André Franco Montoro Filho – Ele já colocou, estou antevendo grandes dificuldades. Ele já colocou que quando foi feita a solicitação, o alvará foi feito dessa forma, na expectativa, só que houve uma mudança do plano da Prefeitura, então criou se uma situação que não sei como vai ser resolvida.

Presidente – Ele vai explicar.

André Franco Montoro Filho – Então, esse é um problema que eventualmente eu acredito que vai surgir, seria interessante que a Diretoria se prevenisse e tomasse as decisões para que o Pinheiros não seja prejudicado, o associado do Pinheiros não seja prejudicado, depois de investir R\$58 milhões, ainda não se consiga utilizar a entrada do Estacionamento.

Arlindo Virgílio Machado Moura (aparte) – No início da sua fala eu acho que você apresentou uma comparação que explica o preço que o Pinheiros vai fazer a Garagem e o preço que se faria a Garagem se contratasse uma empresa em *Turn Key*, porque o Pinheiros assumiu, não assumiu o risco, ele assumiu o BDI da obra, porque se você contratar a obra como você colocou aí vai ter BDI na obra.

Presidente – Conselheiro Arlindo? O aparte é interrupção para pedir um esclarecimento, o senhor tem que fazer a indagação, Conselheiro.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Você colocou o preço não auditado, o preço orçado por um perito judicial, você colocou o preço orçado contra o preço que o Pinheiros vai fazer a obra. A explicação está aí, o BDI, é isso mesmo que você falou, o BDI.

André Franco Montoro Filho – Então o custo, pelo que o Conselheiro está falando, efetivo, são R\$55 milhões, não R\$58. Nós gastamos R\$3 a mais.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Por que gastamos R\$3 a mais?

Presidente – Paralelos não.

André Franco Montoro Filho – O que foi colocado aqui que eram R\$68 milhões, esse seria o custo, portanto, foi uma grande economia que nós tivemos. O que V. Sa. está dizendo é que o custo seria economizando BDI, que então teria R\$55, não R\$58.

Presidente – O senhor está inscrito para falar e no momento oportuno vamos ter a honra de ouvi-lo.

André Franco Montoro Filho – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Luiz Eduardo Fernandes – Sr. Presidente, eu vou ser muito breve no meu pronunciamento, porque o que eu queria falar já foi dito aqui. Eu sou um dos sócios que não foi favorável a essa obra, se eu tivesse R\$50 milhões ia fazer outra coisa com esse dinheiro e, por uma questão de princípio aos sócios que represento, queria me colocar contra a liberação dessa verba e reiterar o pedido das pessoas que me antecederam para maior esclarecimento para eu poder votar, por enquanto queria me colocar contra a liberação da verba.

Presidente – Muito obrigado pela sua atenção, assim será.

Andreas de Souza Fein - ... Em fevereiro de 2010, esta Casa aprovou o investimento de R\$27 milhões para construção de uma nova Garagem, 14 quadras de Tênis, sendo quatro cobertas e uma Portaria. Todas essas benfeitorias seriam entregues 390 dias após o início das obras. Eu tenho aqui, Sr. Presidente, uma impressão de uma placa que foi aposta no canteiro de obras logo após o seu início. Após o descumprimento do prazo, bom, eu não sei por que, mas mesmo depois de insistentes pedidos, ela nunca foi reposta. E essas obras, benfeitorias foram anunciadas em prosa, verso, jactância e ufanismo na Revista do Clube. Muito bem, passados já 934 dias do início da obra, completados, portanto, 544 dias de atraso, o que temos hoje é o seguinte: Gastos previstos R\$58.028.811,55, dos quais já efetivados e já contabilizados pouco mais de R\$50 milhões. Portaria entregue agora em outubro de 2013. Apenas uma quadra descoberta entregue em outubro de 2013, promessa de entrega de mais nove, sendo apenas duas cobertas, sem previsão de data da sua entrega. Entrega da Garagem sem previsão. Nesse total de gastos previstos já se encontra o valor de R\$8.048.610,78, cuja aprovação será deliberada hoje. Nós recebemos o material preparatório, tivemos acesso à extensa documentação da auditoria. Entre muitas outras dúvidas há uma gritante, se a proposta da Bueno Netto foi aceita e depois se viu que essa proposta não contemplava itens inerentes à construção, evidente a falha ao aceitar a proposta. Quem a examinou e a considerou apta a participar da concorrência, falhou, não foi feita a necessária equalização e adequação ao projeto. Prosseguindo na análise, eu concluo que o nosso Esporte Clube Pinheiros deveria transformar o seu Departamento de Engenharia em empresa autônoma para vender serviços, porque mesmo depois de todos os problemas, mesmo depois de ter iniciado a obra sem projeto executivo, mesmo com mais de 140% de atraso no tempo de execução da obra, ainda que tenha estourado o orçamento em 115%, mesmo que nós não saibamos quando as obras terminarão, mesmo sem saber se o custo efetivo será mesmo apenas mais que o dobro previsto, os tais R\$58 milhões e qualquer coisa, ainda assim nós estamos abaixo do custo de mercado, é verdadeiramente um espanto. Concluindo, Sr. Presidente, é imprudente aprovarmos essa verba com as informações disponíveis, pois permanecem abertas várias questões, apenas,

por exemplo, entre outras, mas não exclusivamente, quando essa obra ficará pronta? Essa resposta tem que vir da Diretoria, oficialmente, junto com o material preparatório para a reunião. Não veio. Quando essa obra estará pronta para o uso? Também esses esclarecimentos deveriam nos ter sido entregues antes da reunião. Nada foi dito. Qual será o custo final da obra? Nada se falou, a Diretoria nada esclarece. Quais as respostas aos questionamentos feitos com base no relatório da auditoria? A carta recentemente enviada para o Conselho. Até que a situação esteja clara, até que tenhamos um compromisso e, não uma mera declaração de intenção, eu voto pela não aprovação desse adicional e incentivo todos os colegas do Plenário a fazer o mesmo. Esses os meus comentários. Obrigado pela atenção.

Marcelo Giordano Beyruth – Conselheiro, por favor, um aparte?

Presidente – Aparte é interrupção do orador para indagação ou esclarecimento relativamente à matéria. O senhor tem dois minutos, por favor, dirija-se a ele dentro dos limites.

Marcelo Giordano Beyruth (aparte) – Muito obrigado. Conselheiro, o senhor que tem uma larga experiência como presidente de multinacional, com visão de iniciativa de negócios, como visão financeira para entender a empresa como um todo, queria só entender um negócio. De várias datas que a Diretoria deu para finalizar o Estacionamento, uma delas foi em abril. Se o Estacionamento ficasse pronto em abril, a Diretoria estava contando com essa receita para o Clube, então ele não ficou pronto e a gente não tem uma data de quando ficará pronto, quem vai pagar essa conta?

Andreas de Souza Fein – O senhor está falando abril do ano passado, não abril deste ano, né? Então, evidentemente quem vai pagar é o associado, não tem outro para pagar, todo custo dessa obra foi pago pelo associado e toda falta de receita vai ser coberta pelo associado.

Carlos Edmundo Miller Neto (aparte) – O senhor comentou que não sabemos a data de término, e hoje recebi uma correspondência do Conselho, que foi encaminhada pela Diretoria e que diz que o prazo previsto para conclusão da obra do Estacionamento é novembro de 2013. Recebi agora.

Presidente – Eu que entreguei para o senhor.

Carlos Edmundo Miller Neto – Faço essa observação em cima do seu pronunciamento.

Andreas de Souza Fein – Agradeço o esclarecimento.

Presidente – Eu não quis interrompê-lo, porque eu saberia que com a lealdade e característica do Engenheiro Miller, ele o faria. Eu que entreguei essa carta ao senhor. A seu pedido eu obtive essa resposta.

Andreas de Souza Fein – Essa informação é uma absoluta surpresa para mim, mas eu fico muito feliz, espero que seja em novembro.

Presidente – Já é uma palavra oficial.

Andreas de Souza Fein – Tudo bem, eu só acho que deveria ser entregue a todos os Conselheiros em tempo hábil dessa reunião.

Presidente – É que foi ele que fez a pergunta, mas já está publicitada, está bom?

Andreas de Souza Fein – Está bom. Obrigado. Boa noite.

Antonio Carlos Fiore – ... Como Presidente da Comissão Permanente Financeira e pelos muitos anos de trabalho em auditoria na Price Waterhouse, venho trazer-lhes algumas informações a respeito dos trabalhos de auditoria que vem sendo executados sobre os investimentos no Complexo Faria Lima. Em primeiro lugar, eu gostaria de externar minha satisfação em observar que outros Conselheiros estão se preocupando em acompanhar esses relatórios de auditoria. Espero que essa mesma preocupação acompanhe a todos na leitura e análise e avaliação da proposta orçamentária que receberemos no próximo mês e das demonstrações financeiras do exercício em curso. Julgo fundamental e saudável a participação de todos no devido tempo para evolução de nossa Instituição. Sobre esses relatórios que vem sendo emitidos desde janeiro de 2012, alguns Conselheiros levantaram várias questões, para as quais pedem respostas tanto da Diretoria quanto das Comissões Permanentes de Obra e Financeira, além do Conselho Fiscal e da própria empresa de auditoria. Antes de passar a responder as questões efetuadas diretamente à Comissão, por nós, representada, cumpre-nos esclarecer alguns pontos, a saber: Até 31 de dezembro de 2011 os investimentos no Complexo Faria Lima eram acompanhados por nossos auditores dentro do trabalho de auditoria anual, a Conta Obras em Andamento faz parte das demonstrações financeiras. A partir de 1º de janeiro de 2012, além desse trabalho anual, a Diretoria por livre e espontânea decisão houve por bem contratar um trabalho específico a respeito desses investimentos, buscando uma segurança adicional para o tema, sem prejuízo do escopo da auditoria normal. Os trabalhos realizados respeitam as normas brasileiras de auditoria que são emitidas em conjunto pelo CFC, Conselho Federal de Contabilidade, IBRACON, Banco Central, CVM e Susep. Essas normas são semelhantes às normas utilizadas nos países desenvolvidos e atualmente

convergem para uma uniformização global. Sugiro a quem tem interesse em conhecer mais detalhes sobre o assunto, uma leitura das normas que regulam o trabalho dos auditores, em especial a Norma NBCT 11 e a NBCTA 200. A auditoria em questão tem por escopo referendar os gastos realizados, observar a correção das contrações efetuadas e buscar recomendações para melhoria do sistema de controles internos de nosso Clube. O resultado dos trabalhos executados indicou-nos 15 relatórios emitidos até essa data que, não há indício de ocorrência de fraudes. As conclusões em todos os relatórios, todos os 15, foram positivas. Os 15 relatórios apresentam sugestões para o aperfeiçoamento do sistema de controles internos. Gostaria, depois dessas observações, de comentar os itens afeitos à Área de nossa Comissão, mencionados no questionamento efetuado pelos companheiros. Para tanto, vou me utilizar dos pontos por ele elencados, com a indicação da gravidade dos temas distribuídos entre riscos que nunca deveriam ser aceitos, riscos de alto impacto, riscos de médio impacto e riscos de baixo impacto. Início, informando que os pontos levantados não devem ser medidos como riscos assumidos e sim como recomendações para melhoria de nossos controles externos apontados por nossos auditores. No grupo de riscos que nunca deveriam ser aceitos, observei uma recomendação que dizia que havia provisionamento sem nota fiscal. Lendo o relatório vê-se com clareza o que significa isso. Em novembro de 2012 há indicação da contabilização de uma obrigação por R\$482 mil, enquanto o documento fiscal suporte, a respectiva nota fiscal foi recebida posteriormente, indicando um valor de R\$478 mil, R\$4 mil a menos. A observação do auditor que observou isso foi prontamente atendida e no relatório seguinte o ponto deixou de ser mencionado. A divergência se deu pelo fato da contabilização inicial ter sido executada com base em correspondência, antes da chegada do documento fiscal, que trazia o valor correto. Outro ponto tido como de altíssimo risco é a inadequação do sistema de recolhimento do PIS, COFINS e Contribuição Social. O sistema de informática em uso em nosso Clube não contempla entre suas ferramentas o cálculo automático dessas obrigações, conforme a legislação indica. Entretanto, cabe destacar que o cálculo é efetuado de forma apartada do sistema através dos profissionais que atuam em nossa Instituição, não havendo falta de recolhimento ou recolhimento indevido. A Área de Informática do Clube tem entre suas preocupações a inclusão desse cálculo no sistema, devendo, para tanto, proceder a sua customização, o que ainda não foi efetuado. O último relatório dos auditores indica que esse ponto deixará de ser mencionado a partir do próximo relatório, pois eles entenderam que não há prejuízo para o Clube e que os controles exercidos são suficientes e adequados, não deixando de mencionar que quando o cálculo passar a ser executado pelo sistema a situação ficará ainda melhor, com o que concordamos plenamente. Num grupo ainda tido como riscos de alto impacto, os auditores apresentam uma observação de falha no recebimento de materiais por dois ou três relatórios consecutivos. Os auditores inclusive

indicaram alguns procedimentos que tornariam o recebimento de materiais mais seguro. A recomendação para melhoria de controles internos foi aceita e implantada pela administração, deixando de ser mencionada pelos auditores desde dezembro de 2012. Outro ponto dizia a respeito a fornecimento sem previsão contratual, isso foi uma falha pontual detectada pelos auditores, devidamente corrigida após observação deles, não sendo mencionadas nos relatórios desde julho de 2012. Outro item dizia a respeito à falta de apólice de seguros. Desde agosto de 2012 o ponto deixou de ser observado, demonstrando que o assunto desde então está corrigido. Lançamento de despesas indevidas na obra. Aqui cabe uma pergunta: O que os senhores considerariam mais grave, o lançamento de despesas indevidas na obra? Ou um erro de classificação contábil? Aparentemente, o lançamento de despesas indevidas na obra parece ser bem mais grave. Entretanto, senhores, estamos falando do mesmo assunto, pois o lançamento de despesas indevidas na obra nada mais foi do que um erro de classificação contábil, ou seja, uma despesa foi erroneamente classificada como sendo da obra e, subsequentemente, com a observação dos auditores, foi reclassificada para conta correta, exclusivamente isso. Senhores, se não houvessem pontos levantados pelos auditores muito seria de se estranhar, o trabalho deles nos traz uma segurança adicional a respeito da adequação do que vem sendo desembolsado por nossa Instituição. Os relatórios, todos, indicam a não evidenciação de fraudes, bem como apresentam conclusões adequadas a respeito do que foi verificado, dentro dos padrões reconhecidos de auditoria. Em todos os relatórios encontramos sugestões para melhorias do sistema de controles internos que, apesar de ser de responsabilidade da administração da entidade, é dever do auditor sugerir indicações que visem o seu aprimoramento, decorrente de constatações feitas durante os seus trabalhos. Isso está claramente indicado na Norma NBCT 11. Complementando e, respondendo de forma antecipada, porque faremos a resposta formal às perguntas feitas à Comissão Permanente Financeira, que foram quatro perguntas, eu indico: A Comissão Permanente Financeira teve e continua tendo acesso aos relatórios de auditoria sobre os gastos incorridos com a obra do Complexo Faria Lima, analisando-os no devido tempo. Todos os relatórios são discutidos com a Área Contábil e Financeira de nossa Instituição através de contato constante e permanente com o Diretor Financeiro e sua equipe, por sinal uma excelente equipe. Em nenhum momento encontramos assuntos que, por seu volume ou por sua significância demandasse algum registro específico, pois para todos encontramos explicações plausíveis e correções pontuais e quase sempre pontuais. A Comissão Permanente Financeira tem observado que as recomendações para melhoria dos controles internos...

Presidente – Para concluir, mais dois minutos, Conselheiro Fiore.

Antonio Carlos Fiore – Estou terminando. ...e as sugestões de reclassificações contábeis vêm sendo adotadas ao seu devido tempo por nossa administração. Além disso, a Comissão Permanente Financeira tem observado que em todos os relatórios há a clara indicação da não ocorrência de fraude e que as conclusões da auditoria indicam a adequação dos trabalhos executados com os gastos das obras do Complexo Faria Lima. Muito obrigado.

Dulce Arena Avancini (aparte) – Eu gostaria de saber por que o senhor citou por duas vezes fraudes?

Antonio Carlos Fiore – Porque o relatório de auditoria indica com clareza essa indicação: Não evidenciamos ocorrência de nenhuma fraude.

Dulce Arena Avancini – Eu achei um pouco pesada essa frase.

Antonio Carlos Fiore – Não fui eu que escrevi, foi o auditor que escreveu, e isso faz parte, como as normas de auditoria indicam, fraudes e erros precisam ser observados pelos auditores.

Dulce Arena Avancini – Porque isso pode dar outra opinião.

Antonio Carlos Fiore – Não, pelo contrário, isso é uma coisa exclusivamente técnica e decorre de uma norma de auditoria.

Rosa Maria Mira Santos (aparte) – Eu só vou tirar algumas dúvidas: Eu queria saber se foi feito algum tipo de empréstimo? Também gostaria de saber se havia alguma linha de crédito para o Clube? Se foi utilizado? E poderia ter sido feito algum empréstimo? E só para concluir, eu gostaria de saber qual é o prazo para recomposição desse investimento feito pelo Clube? Só isso ou tudo isso.

Antonio Carlo Fiore – Tudo isso. Inicialmente, nos primeiros projetos para execução dessa obra havia uma perspectiva de utilização de recebíveis futuros para o financiamento de todo investimento que seria necessário. Com o passar do tempo e, com a utilização dos recursos próprios do nosso Clube, esse projeto foi abortado e não foi utilizado. Outros financiamentos que poderiam ter sido contratados com instituições financeiras também não o foram ao longo do tempo todo. Basta olhar nossas demonstrações financeiras e verificar que dentro do grupo do passivo não temos nenhuma obrigação com nenhuma instituição financeira, apenas com fornecedores, encargos sociais e trabalhistas e demais contas a pagar. Com relação à recuperação de investimento estima-se que o prazo necessário seja algo em torno de cinco anos. Entretanto, isso vai ser uma coisa possível de ser calculada de forma mais adequada a partir do momento em que tivermos início as receitas, para

que possamos ter certeza do nível de receitas que serão auferidas. Um clube um pouco menor que o nosso, um clube coirmão, que tem um estacionamento funcionando e um grande salão de festas, que é alugado com bastante frequência, arrecada anualmente R\$15 milhões, com aluguel do estacionamento e do salão de festas, o estacionamento para os respectivos eventos. Isso é só um exemplo, hein?

Rosa Maria Mira Santos – Obrigada.

Eduardo Sampaio d' Utra Vaz (aparte) – O senhor colocou várias vezes a existência de métodos, processos, etc., de controle da gestão financeira, contábil, etc., e tal de todo esse empreendimento do Complexo Faria Lima, ou seja, o senhor nos está trazendo de certa maneira um elemento tranquilizador.

Antonio Carlos Fiore – O conforto que eu tenho.

Eduardo Sampaio d' Utra Vaz – Talvez não comunguemos dessa tranquilidade. Queria saber então, já que o senhor está afirmando que houve tanto critério, houve tanto controle, etc., e me perdoe a ignorância, como advogado eu posso entender do contrato, mas não entendo da execução prática de uma obra civil, etc., como é que, por exemplo, no contrato com a Bueno Netto, que tinha um valor de R\$20 milhões e 200 mil para execução de um determinado escopo de serviço, que a própria Comissão já reconheceu que não foi executado pela contratada, como é que então uma contratada inadimplente recebeu um valor superior ao valor do próprio contrato? Eu não consigo entender, assim, eu não consigo alcançar, ou é alguma benemerência.

Antonio Carlos Fiore – Benemerência não.

Eduardo Sampaio d' Utra Vaz – Porque a gente só admite quando paga a mais por um bônus, pela excelência, mas não foi o caso.

Antonio Carlos Fiore – Ela recebeu porque os trabalhos que foram orçados; como dito pela própria Comissão de Obras, em muitos itens eles estavam orçados a menor. E não adianta ter orçado 10 mil metros cúbicos se precisou fazer 20 mil metros cúbicos, tem que pagar os 20 mil metros cúbicos, desde que executados.

Eduardo Sampaio d' Utra Vaz – Então, ainda assim ela não concluiu o escopo dela.

Antonio Carlos Fiore – Não concluiu o escopo dela, lógico, porque existiram muitos itens com essa mesma característica, conforme explicado pela Comissão de Obras. Eu também não sou engenheiro.

Eduardo Sampaio d' Utra Vaz – Está bom. Obrigado.

Antonio Carlos Fiore – Obrigado.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – ... Primeiro, é da época da construção do antigo Estacionamento, Rubens Catelli, Pedro Paulo, eu acho que o outro Estacionamento foi bem mais simples, o parto foi natural. Outra coisa, em 2003, como foi falado aqui, houve uma Comissão que apresentou um trabalho, o Nelson Cruz disse daí, de fato foram quatro propostas naquela época, a que era mais plausível era esse Estacionamento exatamente no local onde está sendo feito. E como alguns já colocaram aqui, a grande dificuldade é com relação à entrada do Clube na Faria Lima, em 2003, 10 anos atrás já se tinha como desvantagem esse ponto, certo?

Arlindo Virgílio Machado Moura – Você me permite só um reparo histórico? Nós tivemos graves problemas quando fizemos o Estacionamento anterior, não por responsabilidade da Diretoria, pelos fatos, tanto do Estacionamento quanto do Poliesportivo. No Poliesportivo, a empresa que estava fazendo, quebrou, a Sisal, e tivemos um grave problema para resolver, e foram resolvidos, todos foram resolvidos.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – O Estacionamento foi feito dentro do prazo, dentro do orçamento e esse tempo todo não se tem conhecimento de uma laje desse tamanho que não tenha infiltração. Vocês podem andar no Estacionamento e não veem um ponto de infiltração nessa laje, foi muito bem feito naquela época. Depois disso, em fevereiro de 2010 começou um sonho para alguns, um pesadelo para outros. Eu tenho um histórico aqui com relação a tudo que aconteceu, várias vezes aqui – Não gosto de “achologia”, sou engenheiro, gosto de fato, tudo comprovado – Antes disso, Nelson, você tem razão, eu tenho aqui, as duas vezes que vieram solicitar os R\$11 milhões, as duas vezes está escrito encerramento, está aqui para quem quiser ver. Bom, no dia 22 de fevereiro saiu na Revista nº 143/2010, de março de 2010, que faríamos uma Garagem, com previsão de entrega de 12 meses. Terminada a obra, o Pinheiros terá 28 quadras de Tênis, sendo quatro cobertas, Revista 143, de março de 2010. Em abril de 2010 repete isso. Depois fica um tempo sem dar informação. Abril de 2011 aparece a placa da obra que mencionava 390 dias, como disse o Andreas Fein, para abril de 2012. Tiraram a placa, por duas vezes solicitei, porque é estatutária a colocação da placa. Nunca mais foi colocada. Fevereiro de 2012, na Revista informava que as obras estavam em ritmo acelerado e que em agosto o empreendimento esteja finalizado, agosto de 2012, nova data. Quando chegou em junho de 2012, novo cronograma para dezembro de 2012. Foi continuando com essa informação. Em dezembro de 2012 passou para março de 2013, apresenta novo cronograma e uns

cronogramas bonitos apresentados nas Revistas. Em abril de 2013, fase final de Estacionamento da Faria Lima, o Pinheiros assumirá diretamente os trabalhos de conclusão da obra. Conheça as próximas etapas. Apresenta um cronograma, com finalização para julho de 2013. Maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro não fala mais nada. Na de outubro, Estacionamento em imagens, naquelas fotos bonitas. Nós tivemos na reunião passada, na fala do Sr. Presidente, tivemos informações na página 32, que: Essa obra, para que todos saibam, teve relatórios gerenciais mensais emitidos pela gerenciadora e que o término da Portaria da Sede, Portaria do Tênis e quatro quadras, até o final de outubro. Depois, na página 33, fala que: Estou falando em março de 2014, projeto do Ginásio de Tênis, aí falava do Ginásio de Tênis especificamente. Eu acho que sacrificou muito o associado, nós demos uma coisa que o próprio Presidente começou falando, da ansiedade. Na fala dele, ele começou: desta obra que traz a ansiedade do corpo associativo e de todos, inclusive a mim mesmo. Agora, isso nós fomos mudando, são três anos que estamos jogando, são três anos que todo mundo pergunta: Quando é que fica pronto o Estacionamento? Como é que está o Estacionamento? A maioria dos associados não sabe o que está acontecendo. E o preço também eles não estão sabendo quanto está saindo. O que não entendo é que essa Tessler foi contratada, tenho o levantamento, na última página da Revista têm aqueles contratos, apresentam só dois contratos da Tessler, no valor de R\$1 milhão e 310. No relatório da Diretoria aparece R\$1 milhão e 400, deve ter outra parcela que não saiu ainda. Ela fez um acompanhamento ou não fez? Se fala muito em auditoria contábil, e o acompanhamento que a Tessler ia fazer? E o cronograma físico financeiro, comparando o que está acontecendo com o que está sendo gasto? O que está sendo gasto está sendo auditado recentemente, porque essa auditoria foi contratada mais recentemente. Bom, projetos. Nós estamos contratando empresas desde maio de 2010, existem várias empresas que foram contratadas com a maioria dos projetos de 2010 e 2011, esses projetos não serviram para nada? Para depois falar que a construtora orçou a mais ou a menos, e o que vão fazer com a construtora? Qualquer estagiário de engenharia pega um projeto, faz um cálculo e acerta. Nós temos coisas que variaram 300%.

- Manifestação de Conselheiro no plenário: O quê?

José Roberto Carneiro Novaes Junior – No relatório que apresenta, nós temos, por exemplo, controle tecnológico: Para esse item tivemos um valor a maior, pois a construtora não previu procedimento tecnológico de concreto. Então tem que pedir para cassar o CREA dessa empresa. Como uma empresa não prevê controle tecnológico de concreto. Está escrito aqui, eram previstos R\$42 mil, gastou R\$174, 300% a mais. Tudo está, a construtora um valor a menor de concreto, para o dimensionamento não só foram dados da construtora, quer dizer, não é possível isso. Cadê o gerenciamento? O Sr.

Presidente falou na reunião passada que existia um acompanhamento da Comissão de Obras do Clube com a gerenciadora, não viram nada disso nesses dois, três anos, que aconteceu? Como vai ficar? Quem vai pagar a conta, nós, os associados? Não, é do dinheiro que vem da transferência do sócio novo. Bom, mas o sócio novo está pagando, nós, sócios antigos não estamos pagando, mas o sócio novo está. Esse dinheiro, como falou um colega aqui, poderia ter sido aplicado em outra coisa, como falou o Fernandes. Então, eu acho que precisamos esclarecer esses pontos, nos detalhes, para saber, de fato parece – Não estou falando acho porque não gosto – que houve uma auditoria contábil, mas que é fato que não se levou em consideração o acompanhamento da obra. Não é possível, no dia seguinte alguma coisa aconteceu; voltar para o curso normal.

Presidente – Conselheiro Novaes, dois minutos para o senhor concluir, por favor.

José Roberto Carneiro Novaes Junior – Nós tivemos projeto de arquitetura, o primeiro da Edu Rocha foi mês 10/2011, quer dizer, desde àquela época a gente já tinha projeto: projetos de instalações, projeto de fundação, nós já temos há muito tempo. Esses dados são os que eu tenho, são aqueles que saem na Revista, estão todos aqui, a última página da Revista. Lembra que até em janeiro eu falei que fevereiro repetiu a mesma coisa, janeiro e fevereiro saíram iguais. Agora, cadê? Vamos ficar nisso? Então, são esses esclarecimentos que acho que a maioria do pessoal precisa, do associado, Conselheiro é um associado que está Conselheiro, não é Conselheiro, e nós precisamos saber para informar as pessoas. Agora, vem a informação de que teremos o encerramento da obra no próximo mês. Esperamos que seja a última data. Obrigado.

Célio Cássio dos Santos – Sr. Presidente, boa noite, na pessoa de quem eu cumprimento todos os demais presentes. Vou ser bastante breve, afinal de contas muito do que falaria já foi dito por outros companheiros. Queria começar meu pronunciamento olhando essa obra da Garagem sob um aspecto positivo. E o aspecto positivo que vejo é que após inúmeras obras, mais de uma centena de anos neste Clube eu acredito que doravante nunca mais haverá um Diretor, um Presidente que ousará iniciar uma obra sem um processo executivo. Nunca mais, porque o que ocorreu aqui foi de tal forma grave, de tal forma atraiu a atenção do associado para os problemas, para nossas mazelas técnicas e gerenciais que, certamente no futuro, práticas melhores virão. Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria de continuar, esclarecendo uma coisa, quando, por muitas vezes no decorrer dos anos que essa obra vem se desenvolvendo, por vezes algumas pessoas se arvoraram como se fosse uma bela vantagem de nós nunca termos ingressado em bancos, pedido empréstimos, não sei o quê, como se o dinheiro para essa obra, como

se esse sobrepreço houvesse caído do céu. É importante sempre lembrar que todo esse dinheiro, sem exceção do primeiro ao último centavo sai dos nossos bolsos, e se está sendo utilizado na obra por conta de tantos problemas, certamente há outras partes do Clube que estão sofrendo com isso, talvez professores pudessem ser mais bem remunerados,...

- Manifestação de associados.

Presidente – Por favor, por favor.

Célio Cássio dos Santos – ...talvez nossas instalações pudessem ser aprimoradas. Então, essa é a segunda coisa que nós temos que ter em mente. A terceira coisa que gostaria de falar é que, como advogado, eu me sinto bastante à vontade para tecer considerações sobre áreas que não me são afeitas, de modo que não vou me arvorar em tecnicidades, mas há coisas que saltam à vista até mesmo para leigos. Primeira delas e, talvez até nesse aspecto único do que vou falar envolve minha profissão de advogado, é que é no mínimo estranho que esse pedido de R\$8 milhões e alguns quebrados venha inteiramente fulcrado em eventuais questões que a Bueno Netto não cumpriu, que não apresentou, que não sei o quê, que a Tessler não viu, que devia ter gerenciado e não gerenciou, eu pergunto, nós temos aqui no Clube todos os meios, todas as formas possíveis e inimagináveis para buscar os nossos direitos, e estou falando judicialmente mesmo. Eu gostaria de entender, se a Bueno Netto descumpriu, ou não entregou no prazo, ou entregou malfeito algumas coisas, por que houve um distrato absolutamente amigável, dando quitação integral e absoluta de tudo para nunca mais se falar no assunto, por quê? Até pelo art. 24, Sr. Presidente, é uma das questões que gostaria que fosse esclarecida. Outra coisa, essa questão, voltando um pouco à exigência de projeto executivo, como leigo, eu realmente acreditei que quando o Presidente falou que a obra custaria R\$27 milhões e haveria 14 quadras, o Estacionamento e uma Portaria, inclusive apareceu na Revista do Clube, todos se lembram à época, eu realmente acreditei que aquilo seria cumprido. E vejam vocês, mais uma questão, Sr. Presidente, que gostaria que fosse esclarecida, eu ouvi, não uma, mas algumas pessoas, a seguinte afirmação: Não é possível a entrega das 14 quadras de Tênis prometidas simplesmente pela singela razão que não haveria espaço físico para consecução dessas quatro quadras adicionais. Então, a pergunta que cabe, como é que pode, aliás, eu não sei quem fez esse projeto, alguém tem a coragem de formular um projeto de uma obra que já se iniciava com R\$27 milhões, que é muito dinheiro e um Clube do porte do Clube Pinheiros, da importância do Clube Pinheiros e me apresenta um projeto para este Conselho Deliberativo, onde o que estava ali na realidade era impossível, como aceitar um negócio desses? Não há problema nenhum de não construir as 14 quadras, construir 10 quadras, desde que houvesse uma explicação plausível. Agora, como aceitar que a gente

ouça uma apresentação, veja power point, gasta esse dinheiro com planta e não sei mais o quê e é uma coisa que não é possível ser feita, nós aprovamos uma coisa impossível. Não é questão de dinheiro, não cabe no lugar, como é que pode? Pois não.

Luiz Eduardo Fernandes (aparte) – Rapidinho. Quando o Presidente esteve aqui explanando sobre a Garagem, ele usou muito esse argumento que o senhor falou agora, que tudo era feito com aprovação do Conselho, várias vezes ele mencionou isso, que ele fazia com aprovação do Conselho. Agora, o senhor, como advogado, as pessoas que votaram a favor dessas verbas têm responsabilidade por essa má gestão ou não?

Célio Cássio dos Santos – Sr. Presidente, se o senhor puder, como Presidente da Casa, se quiser responder.

Presidente – Não, o aparte é para o senhor.

Célio Cássio dos Santos – Eu diria que nós não temos na verdade responsabilidade objetiva na justiça, quem tem é o Presidente da Diretoria e o Presidente do Conselho; são os dois Presidentes do Clube.

Luiz Eduardo Fernandes – Muito obrigado, eu queria só esclarecimento.

Presidente – Com a devida vênica, o senhor se equivoca.

- Manifestações no plenário.

Célio Cássio dos Santos – Só da Diretoria então?

Presidente – Mas isso é uma discussão que oportunamente nós faremos.

Célio Cássio dos Santos – Bom, Sr. Presidente, desde que não seja eu o responsável. Desde logo deixo consignado que sou contra aprovação desses R\$8 milhões.

Luiz Eduardo Fernandes – Só para aproveitar, eu também...

Presidente – Não pode mais.

Luiz Eduardo Fernandes – Não posso fazer dois apartes?

Presidente – A gente só tem a honra de ouvir o senhor uma vez.

Célio Cássio dos Santos – Ivan, só um minutinho, parece que o companheiro aqui quer um aparte.

Ivan Gilberto Castaldi Filho (aparte) – Desculpe, é que é só em cima disso, nós teríamos responsabilidade moral sim, então eu pediria que a votação fosse nominal com relação a essa solicitação de R\$8 milhões.

Presidente – Aliás, nesse particular, aproveitando que o ilustre Conselheiro Ivan formula, eu gostaria...

- O Conselheiro Arlindo Virgílio Machado Moura manifesta-se fora do microfone.

Presidente – Claro, mas nem precisa pôr em votação, bastando um Conselheiro, antes da votação, solicitar, será feita pela nominal. Assim que o Conselheiro Célio terminar, usando das prerrogativas que tenho, consultarei a Casa, porque estou vendo que está-se repetindo, se já está suficientemente esclarecida. Se a Casa entender nós já vamos para votação, sem maiores delongas.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Sr. Presidente, apenas para registro e gostaria também de apoiar a proposta.

Presidente – Fique tranquilo, talvez seja por unanimidade, para que nós saibamos quem é a favor e quem não é.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Eu quero só justificar meu apoio, Sr. Presidente, mesmo porque seria importante saber quem está preocupado com a gestão, com a administração ou quem está preocupado com a próxima eleição.

Presidente – Perfeitamente.

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) – É aparte?

Carlos Edmundo Miller Neto (aparte) – Tendo oportunidade de fazer um aparte aqui e, dentro do objetivo que as coisas fiquem totalmente esclarecidas, eu quero dizer ao Conselheiro Cássio que realmente tenho a mesma opinião, se a coisa pode descambar para o lado judicial, se toda culpa do que está ocorrendo hoje refere-se aos defeitos ocasionados por uma das contratações, eu volto a falar o que falei na reunião passada: Por que razão não foi caracterizado o sinistro e nós não fomos atrás de uma reparação securitária, já que isso era previsto no contrato? Gostaria que fosse colocado junto com isso e

por isso não está totalmente esclarecido, em minha opinião ainda não está esclarecido para que a gente possa votar. Obrigado, Conselheiro.

Presidente – Pois não, Dr. Célio.

Célio Cássio dos Santos – Então, continuando e já para concluir, na verdade no calor eu até me expressei mal, eu não sou contra eventualmente a concessão de mais verba para acabar o Estacionamento, até porque lamentavelmente nós chegamos a um ponto que nós começamos mal, mas é aquela frase: É melhor um fim horroroso do que um horror sem fim.

Presidente – Para concluir, Conselheiro, por favor.

Célio Cássio dos Santos – Houve umas intercorrências, acho que tenho mais um tempinho.

Sr. Terceiro Secretário (fora do microfone) – Parei o relógio.

Célio Cássio dos Santos – O queria apenas, concluindo, é o seguinte – Perdi a linha de raciocínio – Para acabar é o seguinte, Sr. Presidente, o senhor vê a importância do tema discutido hoje aqui, confesso que nunca presenciei uma reunião em que houvessem tantos associados interessados no acompanhamento da discussão, que é louvável. E com base no art. 24, queria formular mais três questões que me foram trazidas justamente por esses associados tão interessados e preocupados com os rumos do Clube. Há risco de não ter Habite-se? Nesse dinheiro extra que está sendo requisitado estão os custos finais da obra com INSS e demais tributos? E, por fim, apenas repisando, eu gostaria que a Diretoria esclarecesse sobre as 14 quadras, se existe mesmo essa história de que não há espaço físico para tanto. E também, sobre o distrato, por que, se há tantos problemas com a Bueno Netto foi efetivado um distrato amigável, colocando uma pá de cal em prejuízo de numerário que podíamos reaver, ao menos em parte, em relação a essa obra? É só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. Boa noite.

Presidente – Senhores Conselheiros, a Mesa está com uma questão a e minha formação democrática ao longo desses três anos já expus. Dez Conselheiros já se pronunciaram, eu reparo e falo isso com muita tranquilidade, que nem sempre o tema da Ordem do Dia está sendo observado diretamente, ele está sendo, por vias, outras, contornado, mas especificamente não está, estamos repetindo arguições, teses e conceitos. A matéria é da mais alta relevância. Há ainda Conselheiros inscritos: Dr. Mario Gasparini, Dr. João Benedicto, Conselheiro Cappellano, Conselheiro Arlindo, Conselheiro Padin e houve dois requerimentos para se ouvir o Presidente. Por mim ficaria o tempo todo porque o assunto permite e enseja que se discuta mais, mas já estou vendo o

Plenário disperso, começamos praticamente, 20h15, já são 22h30, o assunto estaria em tese suficientemente esclarecido e, ainda temos a votação nominal que leva cerca de 1 hora, para os convidados que estão presentes, tem que chamar um por um, “Sim” ou “Não”, “Sim” ou “Não” e computar-se. Então eu já declinei as pessoas que vão falar e sei que todos vão falar coisas substanciais, Dr. Mario Gasparini, Conselheiro Cappellano. Dr. João Benedicto já me entregou uma proposta aditiva por escrito, fê-lo bem, porque vou colocar também em votação. Então vou consultar o Plenário, o Plenário é soberano. Nós temos ainda Conselheiros inscritos, os senhores acham que é o momento de se interromper e fazer a votação nominal? Se os senhores deliberarem os senhores permanecerão sentados. Se os senhores acharem que ainda devemos prosseguir os senhores se levantem e vamos prosseguir.

- Manifestação.

Severiano Atanes Netto – Sr. Presidente, eu acho que está na hora de ouvirmos o Presidente da Diretoria.

Presidente – Nós temos que ouvir ainda o Presidente da Diretoria. Senhora associada, a publicidade é ampla, mas já tem uma pessoa filmando, eu pediria que a senhora se abstinhasse da prática, se possível e, por favor, até porque viola direito de imagem, se a senhora me filmar talvez eu não vá lhe autorizar a minha imagem e se a senhora o fizer poderá ter problema. Até porque minha imagem não é muito bonita.

Roberto Cappellano – Dr. Manssur, poderia, pela relevância do tema, em vez de ser os 10 minutos regimentais, fazer cinco minutos cada Conselheiro?

Presidente – Isso não pode. O Presidente vai ter que falar, porque foi requerido e é obrigatória a fala dele. O que posso fazer é ouvir o Presidente agora. Depois que o Presidente falar, vamos ver como as coisas são. Então, vamos ouvir o Presidente e vou consultar.

Roberto Cappellano – Dr. Manssur, se o senhor entender que é pertinente vamos botar a regra já, ou não fala o Presidente e não fala mais ninguém ou fala os Conselheiros e fala o Presidente, porque senão vai ficar numa situação complicada.

Presidente – Eu vou ouvir o Presidente, em seguida, vou consultar o Plenário se já está esclarecido.

José Roberto Coutinho de Arruda – Sr. Presidente, com todo respeito que V. Sa. me merece, colega de tantos anos, profundo conhecedor do nosso Regimento, quer me parecer que V. Sa. já colocou em discussão essa matéria e

já foi decidido, está encerrada a discussão. Temos agora o Presidente e votação.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Sr. Presidente, apenas a título de colaboração. Eu entendo que até a observação do Conselheiro Arruda seja pertinente, mas para evitar que haja qualquer possível, imaginável desculpa eu acho que nós devemos fazer agora é o seguinte: Vamos colocar para votar nesse momento a questão se o Plenário está suficientemente esclarecido. O Plenário suficientemente esclarecido não haverá mais oportunidade de ninguém falar. E aí nós somente ouvimos o Presidente, já que houve esse requerimento e, a partir passamos à votação. Então, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Sa., apenas a título de colaboração, colocasse dessa forma.

Presidente – Então, agora de modo formal. Aqueles que entenderem que a matéria está suficientemente esclarecida, por favor, permaneçam como estão. Os que entenderem que ainda demanda mais debates, por favor, queira-se levantar. De primeira vista ainda não tenho um juízo formado, estão me cobrindo.

Cândido Padin Neto – Dá para fazer nominal, Presidente Manssur, eu gostaria que fosse nominal.

Presidente – Iniciado o método, Conselheiro Padin, não dá mais ensejo a outro tipo. Eu vou inverter, eu vou deixar claro, a minha paciência vai daqui até o Líbano, vocês podem ficar tranquilos. Os que entenderem que a matéria já está suficientemente esclarecida queiram-se levantar, por favor. Os senhores podem olhar, a matéria está suficientemente esclarecida. Sr. Presidente, o senhor pode, por favor, assumir a Tribuna.

Presidente da Diretoria, Luís Eduardo Dutra Rodrigues - ... Na última reunião do Conselho Deliberativo eu tive oportunidade de apresentar todo andamento da obra desde o seu início, em abril de 2010, um pouco antes de tomar posse, vez que tomei posse em maio de 2011, quando foi dado início à obra. Agora, faço o requerimento a esta Casa no sentido de que para completar os valores necessários para conclusão da obra do Complexo Faria Lima, o Novo Estacionamento, inclusive o Ginásio de Tênis, o valor final de R\$58.028.811. Para fazer frente a essas despesas complementares previstas, que serão desembolsadas em 2013 e 2014, solicitamos, portanto, autorização para utilização do valor de R\$8.048.610,00 consignando que a receita do orçamento de investimento suporta esse complemento e as demais obras planejadas para 2013 e 2014, a exemplo da Piscina Infantil, que é uma necessidade premente dos associados, em razão das filas que nós encontramos e de outras obras de melhorias aqui do nosso Clube. Quero deixar consignado que todos os documentos foram apresentados ao Conselho Deliberativo e,

quando digo todos, os relatórios analíticos que justificam esse valor de R\$8 milhões e 048 mil que ora é pedido. Como também foi encaminhado através do mesmo ofício DI 585/2013, avaliação, e que eu diria que não é uma avaliação, é um orçamento contratado do Professor Tito Lívio de Oliveira Gomide que, em seu orçamento chegou ao número de R\$69.427.049. Tito Lívio que é o engenheiro civil, Bacharel em Direito pela USP, Pós-Graduado em avaliação e perícias, Presidente do IBAPE, que é o Instituto de Avaliações, membro titular da Associação de Peritos Judiciais de São Paulo, do Instituto de Engenharia e do Conselho da ONU. E não vamos confundir aqui avaliação com orçamento. E parece que houve aqui inclusive algumas confusões de alguns Conselheiros, que confundiram auditoria externa com o orçamento do perito, é um pouco difícil de entender alguma confusão e que talvez até por falta, me desculpe, até de talvez de uma consulta mais cuidadosa ao Conselho Deliberativo, onde estão todos os documentos, lá estão os documentos que comprovam esse valor solicitado de R\$8 milhões de forma analítica, item a item. As justificativas que apresentamos junto com esse ofício que ora solicitamos esse valor são justificativas dos grandes valores, porque seria impossível mandar, até por economia processual, a todos os Conselheiros um calhamaço de 150 folhas dessas informações analíticas dos valores que ora pretendemos, como também do próprio relatório da auditoria, que somam outras tantas folhas e que está arquivado no Conselho sim, para que qualquer Conselheiro possa consultar. Dessa forma, entendemos que o valor ora pleiteado é o valor necessário para que haja conclusão da obra. Essa obra e, ouvi falar nesta Tribuna por diversas ocasiões, não só nessa reunião, como em outras reuniões, que aquela intenção de valores, e assim sempre foi neste Conselho Deliberativo, apresentavam-se intenções de valores, de R\$27 milhões para essa obra, para uma obra de 31.500 metros quadrados, considerado pela NBR 12.721, a possibilidade de se considerar o térreo como 50% para efeito de contagem de área, portanto, 31.500 metros, se dividirmos em R\$7 milhões talvez chegássemos ao valor de R\$850,00, imagino que ninguém daqui possa admitir que uma obra com a qualidade da obra que foi executada...

André Franco Montoro Filho (fora do microfone) - Foi a Diretoria que propôs esse valor.

Presidente - Conselheiro Montoro...

Luís Eduardo Dutra Rodrigues - É verdade, Conselheiro, e daí? É o que custou? Esse é valor real, Conselheiro, é o valor que foi auditado e, diga-se de passagem, eu quero aproveitar para colocar a posição, de que a auditoria externa exclusiva para a obra foi um ato discricionário desta Diretoria. O senhor não pediu, nenhum Conselheiro pediu para que houvesse uma auditoria externa, ninguém pediu, as Comissões não pediram, o Conselho Fiscal não pediu, ato discricionário. E que bom que fizemos auditoria externa,

que bom que ela encontrou inconsistências e que bom que as corrigimos. E assim foi feito. Tanto é que por uma omissão, não sei se deliberada ou não, de um ofício que tenho prazo regimental para ainda responder e vou responder a todas as questões, mas que já estão na mídia, na internet, nos grupos sociais e que já foi divulgada amplamente, fala-se inconsistências e falta de soluções que a Diretoria tenha dado, mas esqueceu-se, os Conselheiros que apresentaram esse ofício, das conclusões, muito bem colocadas pelo Dr. Fiore, que nem precisamos repetir. Tudo foi resolvido, todas as conclusões foram tomadas sim pela Diretoria, para que as inconsistências encontradas fossem resolvidas. Mas eu gostaria, portanto, dando continuidade e para que não haja nenhum tipo de alongamento da minha fala, responder algumas questões que foram levantadas e não vou omitir nenhum Conselheiro que aqui veio falar, as perguntas formuladas. Primeiro, o Conselheiro Cardia e, concordo com ele, passamos a concordar, acho que isso foi um ponto positivo, como disse aqui, eu acho sim que temos que ter projetos executivos para que não passemos por momentos difíceis. Projeto executivo e, por recomendação do Dr. João Benedicto, que já acolhi na última reunião ...

João Benedicto de Azevedo Marques (fora do microfone) – Sr. Presidente, quer que eu me manifeste?

Presidente – Não, o que estou dizendo é que a proposta do senhor é nessa linha.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues - ...devemos sim ter projetos executivos, isso facilitará muito a vida de quem está fazendo a gestão. Mas, respondendo ao Conselheiro Cardia e, só discordando, que o fato de ter uma Comissão suprapartidária não ia diminuir o valor, Cardia, foi exatamente o que você diz: A Comissão poderia evitar o gasto desses valores. Não poderia, sinto dizer, senão seria fácil: Vamos chamar já essa Comissão suprapartidária, ver se ela diminui os valores. Impossível, porque todos os valores foram auditados, todas as licitações foram feitas de forma absolutamente conveniente, havia uma Comissão Especial para licitações, foi auditado pelo Conselho Fiscal, foi auditado pela Comissão de Obras, repeti isso algumas vezes aqui. Com relação ao projeto executivo que o senhor mencionou, Conselheiro Cardia, ao final da sua fala, está lá no Conselho, são 540 plantas que estão lá, talvez o senhor não tenha tido oportunidade, até como advogado não lhe interessaria talvez analisá-las. Respondendo ao Conselheiro Nelson Cruz e, corroborando com aquilo que falou aqui o Conselheiro Tatit, aliás, o local desse Estacionamento onde foi feito era o mesmo local proposto pelo Plano Diretor, presidido pela Comissão do Dr. João Benedicto de Azevedo Marques. E assim indicou a pesquisa que lá deveria ser também o local. Está no Plano Diretor sim, é naquele local que o Plano determinou. O Plano Diretor tinham três locais, na extensão do parquinho, e aí tínhamos problema daquelas grandes árvores com

suas raízes, que era um Estacionamento subterrâneo, embaixo do Campo A e, por final, na frente da Faria Lima, onde foi realizado, de igual modo proposto no Plano Diretor, presidido pelo Dr. João Benedicto na ocasião.

Ivan Gilberto Castaldi Filho (fora do microfone) – Seria embaixo do Salão de Festas?

Luís Eduardo Dutra Rodrigues - Nunca foi.

Presidente – Vamos lá, Presidente, vamos lá, vamos lá.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues - Portanto, não vamos confundir, como disse o Nelson Cruz, confusão de auditoria com perícia, na verdade são coisas diferentes. Foi feita uma auditoria por auditores independentes exclusivos para obra, foi contratado um perito judicial que já nomeiei, o Dr. Tito Lívio, que fez um orçamento que chegou àquele valor. Qual é a necessidade desse valor a mais? – pergunta o Conselheiro Nelson Cruz. São aqueles explanados naquelas planilhas analíticas que estão lá no Conselho, é só consultar, por favor, Conselheiro, está às suas ordens lá. Valor também engloba as quadras cobertas? Sim. E está no preço dos R\$58 milhões um Ginásio que é uma obra de arte, é um Ginásio do Arquiteto Edu Rocha, nível Pinheiros, um grande Ginásio, com membrana tensionada, um Ginásio que será uma obra que marcará história neste Clube. Dr. Montoro também fala na auditoria externa, que já foram elucidados pontos a esclarecer. O senhor falou do local, aquele local está aprovado, a Prefeitura aprovou entrada e saída pela Faria Lima. Na sua aprovação, o ônibus ia para a ilha central. Mudou o prefeito. Até você disse agora a pouco, Conselheiro, que a ideia desse atual prefeito é estender esses corredores. Vai acontecer isso efetivamente. Mas o nosso Estacionamento tem uma rampa de acomodação de aproximadamente 25 veículos na sua entrada. Como hoje nós temos uma demanda reprimida de 300, 400 veículos e o Estacionamento que estamos fazendo é de 860 vagas, não vejo que em curto prazo tenhamos qualquer tipo de impacto, porque o fluxo será rápido em razão até dessa rampa de acomodação. Se não é cômodo efetivamente aquela esquina do shopping? Acredito que não é mesmo, aquilo no horário de pico não é muito bom, mas é aquilo que nós fizemos, é aquilo que nós aprovamos e é isso que estamos fazendo. Com relação à saída, até para informá-los, a rampa de entrada é com acomodação para dois veículos, a rampa de saída, por obrigação legal e do SMT temos que sair com um único veículo, ela tem duas cancelas na sua saída e reduz para um único veículo na sua saída por questão de segurança. Um pouco antes da saída tem um semáforo que vai dar o fluxo necessário. Com relação ao BDI, não existe nada sem BDI, não existe nenhum tipo de serviço sem BDI, não há nenhum serviço, quer dizer, todas aquelas empresas que nós contratamos já está com seu BDI incluso e é o valor que nos cobraram e é esse valor que foi apresentado. Aquele que nos apresentou esse

orçamento, ele apresentou o valor de custo e colocou o BDI, ele não colocou incluso no custo o BDI, ele separou e depois colocou o BDI. A empresa que fez a parte elétrica e hidráulica, com certeza ela nos deu um orçamento com BDI incluso, com seu lucro, despesas financeiras, etc. O orçamento do perito é sem custo, preço unitário, depois ele coloca o BDI. E o BDI utilizado poderia variar, conforme informações oficiais e de entendidos entre 17% e 35%, ele adotou um valor médio de 24,5%, 25%. Muito bem, o Luiz Eduardo Fernandes disse que maiores esclarecimentos faria depois, mas não falou nada por enquanto aqui. Andreas Fein diz: Quando a obra estará pronta? O próprio companheiro, o Engenheiro Carlos Miller, eu fiz um ofício essa semana, informando que a obra estará pronta em novembro. Aliás, ela já está com todos seus andares prontos, nós estamos em fase da pintura. Não tenho a documentação ainda e disse na última reunião do Conselho que seria em novembro e que dependia da documentação. Estamos trabalhando intensamente para que essa documentação também esteja pronta, também para que a gente tenha o Habite-se. As respostas da auditoria já foram faladas aqui. O Conselheiro Fiore fez uma grande avaliação, que foi o Conselheiro que deu sequência.

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Andreas de Souza Fein – Pode pedir aparte ao Presidente?

Presidente – O Presidente está prestando esclarecimentos.

Andreas de Souza Fein – Por que não pode aparte? Está no Estatuto isso?

Presidente – O Estatuto não consta o aparteamento ao Presidente, ele está fazendo o pronunciamento dele.

Andreas de Souza Fein – É porque eu preciso fazer um esclarecimento depois sobre a questão da contratação da auditoria.

Luís Eduardo Dutra Rodrigues - O Conselheiro Novaes, até com razão, falou das datas previstas e efetivamente aconteceu, quer dizer, nós estamos fazendo todos os esforços possíveis e imagináveis, até usei a expressão, que ele também usou, que a ansiedade é nossa, também é minha, para que a gente possa entregar essa obra o mais rápido possível. A previsão é agora em novembro, foram diversas datas, com algumas promessas efetivas, não conseguimos entregá-las. Não estamos maquiando obra nenhuma, devemos entregá-la de uma forma correta, lembrando que tivemos várias intercorrências que acontecem em obras, que são peculiares de obras, os engenheiros que estão aqui, enfim, e o prazo são dois anos e sete meses, desde seu início. Você tem um *delay* inicial, efetivamente essa obra está atrasada, enfim, estamos fazendo todos os esforços para poder entregá-la. O Conselheiro

Célio fala em melhores práticas. Eu já falei em projetos executivos, que concordo 100%. Vou ter oportunidade de formar e já fiz uma resolução no sentido de formar uma Comissão de Obras com envolvimento de alguns dos senhores, que são conhecedores da matéria. Já fiz contato com um ou dois Conselheiros de partidos diferentes. Não é uma Comissão suprapartidária, mas são pessoas que podem nos ajudar efetivamente a eventualmente atender um norte ou ter um consenso e, para que haja envolvimento das dificuldades da gestão também e que possam avaliar junto com a gente essas dificuldades e de uma forma conjunta poder tomar ações aí. O dinheiro é do associado, Conselheiro Célio, é verdade, é 100% do associado, e não é só do associado novo, como disseram aqui, é nosso dinheiro, é dinheiro de investimento, é dinheiro que entrou. Eu adoraria pegar R\$58 milhões e investir na infraestrutura, mas eu não podia parar uma obra do Estacionamento, essa obra que iniciou não se poderia parar mais, tudo foi feito de uma forma absolutamente correta, honesta, são centenas, milhares de medições de plantas, de arquivos e que está à disposição de qualquer auditoria, que não seja essa auditoria externa, qualquer auditoria. O distrato da Bueno Netto foi um ato de gestão, eu assumo a responsabilidade, como disse em outra ocasião por distrato amigável que fiz. O valor de R\$20 milhões e 200, como disse o Conselheiro d' Utra Vaz, esse valor, Conselheiro, ele não foi pago para a Bueno Netto, os termos do contrato, vou repetir: Contrato de empreitada parcial, por preço global, eram feitos aditamentos e todos os valores eram pagos para as empresas indicadas pela Bueno Netto, o dinheiro todo foi pago para as empresas de serviço ou material que entrou na obra. Para a Bueno Netto foi pago o valor de R\$1 milhão, cento e poucos mil reais pelo ano e tantos meses que ela esteve aqui, e de forma até para suas despesas indiretas, por isso que foi pago a ela. Foi pago um pouquinho a mais de um aditamento que foi feito ao contrato de uma obra não prevista e que eles executaram de R\$340 mil, que somou o valor pago a Bueno Netto, conforme pode ser auditado e verificado. Com relação a espaço físico, que foi colocado pelo Conselheiro Célio, nunca foi falado que faltou espaço físico, nunca foi dito isso. Tinha sim espaço físico, até porque aquilo que foi prometido na sua aprovação e, que nós votamos, aqueles que estavam aqui, votamos e aprovamos, como foi dito, 24 quadras, quatro quadras a mais, previa-se que fosse feito um prédio com segundo andar, com elevador, com uma ponte que chegava a esse lugar. Quando assumi a gestão eu fui o primeiro a ser contra, não concordei com isso e fiz todos os esforços para que as 10 quadras que nós tínhamos retornassem. E elas vão retornar. Nunca se falou em falta de espaço físico. Com relação, Conselheiro Célio, ao INSS, como foi dito, no momento provavelmente do registro de imóveis, o senhor é advogado deve saber, será recolhido INSS. O ISS nós graças a Deus somos credores. Mas o INSS também não será problema, porque todas as notas foram recolhidas, a própria auditoria indicou que está OK, estão recolhidos os impostos pelos prestadores e esse valor obviamente, pelos cálculos que não sei fazer, mas que se faz para se apurar o valor do INSS, esse INSS, como foi o

ISS, será zerado e, portanto, na ocasião vamos ter o certificado de regularidade do INSS. Sr. Presidente, é isso que eu tinha a dizer.

Presidente – Perfeito.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Pela ordem, Sr. Presidente?

Presidente – Pois não.

Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro – Apenas a título de encaminhamento, eu entendo, se V. Sa. concordar com esse encaminhamento, nós já decidimos que o Plenário está absolutamente satisfeito e convencido e apto para votar. O Sr. Presidente, até com uma deferência à solicitação dos Conselheiros, veio aqui e formulou os esclarecimentos, então eu entendo que a partir desse momento nós temos que passar para votação, sem oportunidade de novas discussões e tudo mais. Apenas a título de colaboração.

Presidente – Eu vou colocar. O art. 73 do Regimento Interno, estabelece que a votação nominal somente ocorrerá, a requerimento de Conselheiro presente, com aprovação do Plenário. Então houve o pedido de votação nominal, eu dependo, para deferi-la da aprovação do Plenário. Me pareceu que era um consenso, mas por apreço ao Regimento, eu vou fazer a consulta. Aqueles que estiverem de acordo que a votação seja nominal permaneçam sentados. Os que forem contrários queiram-se levantar. Por expressiva maioria, a votação será nominal. Muito bem, eu recebi duas emendas. Eu consulto os dois proponentes, Dr. João Benedicto, Conselheiro Cappellano, Dr. Mario Gasparini está fazendo? Vou aguardar. O senhor iria fazer essa proposta de emenda verbalmente?

João Benedicto de Azevedo Marques (fora do microfone) – Sim.

Presidente – O senhor iria fazer verbalmente?

Roberto Cappellano (fora do microfone) – Sim e explicar.

Presidente – Então essas eu posso pô-las em discussão, simbolicamente, porque o parágrafo 2º, diz: 1º - Que as proposições verbais não admitirão votação nominal, então essas duas proposições eu as submeterei verbalmente, e a do Dr. Mario também, está no Regimento. A primeira é prejudicial a todas, diz o Engenheiro Cappellano – Me pediram para que lesse, vou ler: Venho pela presente – Os senhores ouçam sem qualquer manifestação, por favor, porque é democrático o que ele fez – Venho pela presente solicitar a retirada de pauta, para que a matéria retorne com maiores esclarecimentos, haja vista que o laudo do Gabinete Gomide apenas foi entregue no dia de hoje, para análise,

pois o mesmo foi citado no processo, mas não foi enviado para os Conselheiros. E que também o valor do orçamento para término esteja assinado pelo engenheiro responsável, bem como anotação de responsabilidade técnica quanto ao CREA desse orçamento. Vou dar explicação com relação ao primeiro, mas os senhores vão votar. Engenheiro Cappellano, eu mandei uma carta a todos os Conselheiros e o senhor também, com a maior deferência, de que esse laudo estava à disposição de todos os Conselheiros. Tanto que vários, Conselheiro Padin está aqui, Conselheiro Kawall, Conselheiro Fasanaro, Conselheiro La Terza estiveram na Casa dos senhores, que é a sala do Conselho, vieram esse laudo e examinaram esse laudo a tempo e a hora. Não vou dizer o adágio, porque não se aplica ao senhor, mas o senhor poderia ter ido lá, me honraria em comparecer e lê-lo.

Roberto Cappellano (fora do microfone) – Eu fui.

Cândido Padin Neto – Dr. Manssur, é verdade, concordo, estive mesmo, acontece que a Diretoria poderia enviar isso em mídia para nós.

Presidente – É que são várias, mas estava à disposição.

Cândido Padin Neto – Todos nós...

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente – É um Conselheiro que merece todo respeito.

Cândido Padin Neto – Tem que respeitar a Casa, respeitar os sócios, o que é isso?

Presidente – Até respeito pelo estado que os senhores estão vendo que me encontro. Conselheiro Padin, já está esclarecido.

Cândido Padin Neto – Obrigado.

Roberto Cappellano – Dr. Manssur, só um detalhe, falta a segunda parte da proposta. Eu fui ao Conselho, vi esse laudo, acho que fui um dos primeiros, achei algumas dúvidas. Até pedi para pedir cópia e não foi permitido para eu tirar cópia, foi falado que precisaria fazer uma carta...

Presidente – Eu vou responder porque não foi...

Roberto Cappellano – Só para finalizar.

Presidente – Claro.

Roberto Cappellano – A gente fez uma carta, pedindo para o senhor e esse documento foi entregue hoje, porque nesse laudo, quem foi lá e olhou, como os engenheiros, têm alguns questionamentos para serem feitos e, não seria justo...

Presidente – Eu vou...

Roberto Cappellano – Só para terminar, doutor.

Presidente – Claro.

Roberto Cappellano – ...da minha parte fazer esse questionamento para pessoas que não o tem em mãos. Era só isso.

Presidente – Eu vou responder ao senhor suas duas indagações. A primeira, pelo engenheiro que me merece o maior respeito. O laudo estava a tempo e a hora, mas em se tratando de um documento de uso comum, o prazo é em cartório, porque todos tem o direito de examiná-lo. E se lá forem fazê-lo e estiver com o senhor, a responsabilidade é minha. Esse é primeiro ponto. Segundo ponto, ele nem faz parte hoje especificamente da Ordem do Dia, não está em discussão o laudo suplementar, que veio a título de ilustração, trazido pelo perito Tito Gomide. O senhor poderia na sua fala mencioná-lo a título e também ilustrativo, mas eu não o colocaria em pauta, porque não está em discussão e nem é o caso.

Roberto Cappellano – Só um adendo, ele faz parte do processo porque é citado...

Presidente – Foi citado por duas Comissões. Poderia ir a título de ilustração e não a título de deliberação.

Roberto Cappellano – E se tivesse podido falar explicaria qual o motivo e poderia ser até que ficaria esclarecido. Como não tive oportunidade de falar não foi esclarecido. É que não vou entrar no mérito da questão, que tem uma diferença de área, um preço na Comissão e depois um preço no laudo do perito, então não queria entrar nesse detalhe.

Presidente – O seu parecer divergente, isso pode fazer, que eu coloco nos autos.

Roberto Cappellano – E tem a segunda pergunta, que precisava de um esclarecimento. Só para finalizar, porque acho que é interessante. Hoje, todos os orçamentos, em decorrência da Lei 866/93, isso é o que está acontecendo

agora, para evitar aditivos maiores que 25% para obras novas, e 50%, que é a lei federal, está-se exigindo, até o Dr. Arlindo está aqui, e todas as obras que são financiadas pelo PAC, pela CEF você tem que fazer uma ART (Anotação de Responsabilidade Técnica do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA).

- Manifestação de Conselheiros no plenário.

Roberto Cappellano – Posso só finalizar?

Presidente – Isso só delonga, eu vou deixá-lo falar sim até terminar e isso só delonga.

Roberto Cappellano – Eu só queria dizer o seguinte, a gente fala quem errou, quem não errou, acho o seguinte, o engenheiro responsável assinar e recolher uma ART de orçamento, a gente aqui não vai precisar mais de dinheiro, porque se precisar vamos responsabilizar essa pessoa que orçou. Era isso que queria fazer.

Presidente – Pois não, Conselheiro Arlindo?

Arlindo Virgílio Machado Moura – Primeiro, não é laudo, tem um orçamento, foi feito um orçamento.

Presidente – Tem um laudo de engenharia aqui.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Não, orçamento feito por um perito. E, segundo, isso que não entendo, por que ao fazer uma proposta, coloca: Eu não recebi, só foi disponibilizado hoje, quando o Conselheiro sabe que estava disponível.

Presidente – Estava, eu mandei uma carta.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Mas por que faz isso?

Presidente – Isso já está esclarecido.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Mas por que, Manssur, ele faz isso? Por que ele não fala que não leu o orçamento que estava lá?

Presidente – Não faz mal.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Outra coisa.

Presidente – Agora não vou deixar mais, Conselheiro Cappellano.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Por que fala que foi disponibilizado hoje quando ele sabe que estava à disposição no Conselho?

Arlindo Virgílio Machado Moura – E outro aspecto que o Conselheiro Cappellano levantou, com o qual eu concordo, mas infelizmente ainda não conseguimos fazer isso, é responsabilizar o orçamentista pelo orçamento que ele faz, mas não existe ainda na lei, nós estamos tentando fazer isso e não existe na lei.

Presidente -- Há uma emenda do Conselheiro Cappellano, pelas razões que os senhores ouviram, a retirada de pauta do processo. Aqueles Conselheiros que estiverem de acordo em que a emenda seja aprovada e, conseqüentemente, seja retirada de pauta a análise do processo, permaneçam como estão. Os que forem contrários à retirada, queiram se levantar. Conselheiro Cappellano, por maioria está rejeitada sua proposta. A segunda emenda, do Dr. João Benedicto, é emenda aditiva, e diz assim o Dr. João Benedicto: Nos termos regimentais, art. 45, letra D do Regimento Interno do Conselho, apresentamos a seguinte emenda aditiva: Nenhuma grande obra, como no caso do Estacionamento ora em discussão, através de pedido de suplementação de verba será iniciada sem que haja projeto executivo da mesma, a fim de evitarmos diferenças de custos e indefinição sobre o prazo de conclusão da obra, bem como obedecermos ao sistema que ocorre em todas as licitações municipais, estaduais e federais, bem como nas grandes empresas públicas e privadas.

José Roberto Coutinho de Arruda – Sr. Presidente?

Presidente – Pois não, Conselheiro.

José Roberto Coutinho de Arruda – Sr. Presidente, desculpe, em primeiro, a interrupção,...

Presidente – Absolutamente.

José Roberto Coutinho de Arruda – ...é que o senhor deu uma pausa, achei que havia terminado. Quer me parecer que essa proposta, essa aditiva, parece mais ser uma normatização para o futuro.

Presidente – Ele diz que é uma recomendação. Mas eu vou colocar, porque se não colocar vem recurso, eu vou ter que me declarar impedido, como no próximo tema, e participar. Então eu vou pôr para votar, vamos votar, o

Plenário está aí, senão vão me falar do costumeiro juridiquês, isso me aborrece.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Sr. Presidente?

Presidente – Pois não.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Sr. Presidente, nenhuma obra neste Clube foi feito com projeto executivo, primeiro. Segundo, nem na lei é o projeto executivo, é projeto básico. E eu vou dizer uma coisa para o senhor, se nós esperarmos o projeto executivo e, vou dizer mais ainda, eu sou favorável, esse prazo para fazer o projeto executivo muito provavelmente nos aproximaria do prazo que estamos levando para concluir a obra e muito provavelmente o orçamento feito em cima dele seria esse orçamento que está aí.

Presidente – Eu vou colocar em votação. Eu vou resumir, a proposta do Dr. João, em última análise, é de que nenhuma obra, seja grande ou pequena, independentemente do valor que é regimental, do Regimento da Diretoria, que nenhuma obra doravante se faça sem que haja um prévio projeto executivo, certo, Dr. João? Os que estiverem de acordo com a proposta do Conselheiro João Benedicto, de que doravante nenhuma obra se faça sem um prévio projeto executivo, permaneçam como estão. Os que forem contrários queiram se levantar. Dr. João, está rejeitada.

- Manifestação no plenário

Presidente – O que ele falou não infirma o voto, o que vale é o voto. Agora, vamos à proposta do Conselheiro Mario Gasparini. Se o senhor quiser fazê-la verbalmente, pode.

Mario Montenegro Gasparini – Dr. Manssur, recebi a notícia, o Dr. Luís Alberto Figueiredo não pôde comparecer porque hoje é o aniversário dele e ele tinha um compromisso de família...

- Manifestação de Conselheiros no plenário: Ah.

Presidente – Por favor.

Mario Montenegro Gasparini – Vou transmitir que ele deixou saudades aqui, àqueles que estão chorando. Mas ele fez algumas solicitações que ficaram prontas também hoje.

Presidente – São emendas?

Mario Montenegro Gasparini – Não são emendas, solicitação de documentos.

Presidente – O senhor traz que amanhã os documentos estão nas mãos dele.

Mario Montenegro Gasparini – O senhor não me deixou terminar de ler.

Presidente – Pois não.

Mario Montenegro Gasparini – Os documentos solicitados pelo Dr. Luís Alberto para que pudesse fazer análise só foram entregues ou disponibilizados hoje, não foram entregues porque ele não esteve aqui. Então esse também é um motivo que deve corroborar o pedido de adiamento da análise.

Presidente – Eu não posso colocar em votação emenda de Conselheiro ausente e a sua grandeza impede que o senhor seja porta-voz de outrem. Agora, se o senhor abraçar essa emenda, eu coloco.

Mario Montenegro Gasparini – Está abraçada.

Presidente – Conselheiro Mario Gasparini por si, e não por interposta pessoa, solicita retirada de pauta, porque alguns documentos que ele gostaria também de receber também não lhe foram entregues. Aqueles que estiverem de acordo com a retirada de pauta, por ausência de documentos que deveriam ser entregues, permaneçam como estão. Os que acharem que não há necessidade de retirada de pauta queiram se levantar. Está rejeitada a emenda da qual o senhor abraçou também. O Dr. Mario Gasparini apresentou, tão logo tomou conhecimento dos pareceres da auditoria um trabalho que, segundo ele me informara e, por escrito, ele iria fazer circular para todos os senhores e eu acredito que ele o tenha feito. A partir do momento que ele prometeu e cumpriu de circular, os senhores já tem conhecimento. De minha parte, como há vários questionamentos endereçados à Diretoria, ao Conselho Fiscal, à Comissão de Obras e à Comissão Financeira, eu, presente o princípio do contraditório, mandei distribuir no mesmo dia para todos esses órgãos. E assim e ainda, à luz do princípio do contraditório, quando essas respostas vierem, para que não fique unilateralmente apenas o parecer, embora ilustre do Dr. Mario, eu irei distribuir com o parecer e com as respostas e nós debateremos democraticamente o assunto com a tese e a antítese e vamos buscar a síntese. Estamos esclarecidos? Perfeito. Então, agora nós vamos à votação nominal da proposta da Diretoria. Na nominal, até em homenagem aos convidados, cada um dos Conselheiros será chamado pelo nome e dirão “Sim” ou “Não”, as senhoras podem anotar, vão anotando aí quem fala “Sim” e quem fala “Não”, fiquem à vontade. O Conselheiro Ivo, por razões de saúde, muito maiores do que a minha, pede preferência, então vamos começar pelo Conselheiro Ivo. O quesito será o seguinte: Aqueles Conselheiros que

estiverem de acordo com a proposta da Diretoria, de suplementação de verba para o encerramento, para a conclusão das obras do Estacionamento e do Ginásio deverão responder “Sim”, os que acharem que não deve ser utilizada mais essa verba do Orçamento de Investimento para conclusão das obras dirão “Não”. Estamos claros quanto a isso? Perfeito. Então pode começar pelo Conselheiro Ivo.

- O Conselheiro Ivo Kesselring Carotini se manifesta fora do microfone e há outras manifestação de Conselheiros no plenário.

Presidente - Não, não. Vamos fazer a pergunta: Os Conselheiros que estiverem de acordo com o pedido da Diretoria “Sim”, os que não estiverem de acordo “Não.” Quero apenas dar ciência que o Conselheiro José Renato de Andrade Martinez, por questões de saúde familiar, se retirou antecipadamente da reunião e deixou aqui, escrito, o seu voto.

- Procede-se conforme solicitado:

VOTAÇÃO NOMINAL DO PROCESSO CD-19/2013

Grupo Efetivos

| Nome | Voto |
|--|-------------|
| Claudio Regina | S |
| Celso Hahne | - |
| Rubens Catelli | S |
| Sérgio Vergueiro | - |
| Antonio de Alcântara Machado Rudge | - |
| Roberto Luiz Pinto e Silva | - |
| Arlindo Virgílio Machado Moura | S |
| Cezar Roberto Leão Granieri | S |
| José Edmur Vianna Coutinho | - |
| Sergio Lazzarini | N |
| Paulo Cesar de Arruda Castanho | - |
| Alberto Antonio Pascarelli Fasanaro | S |
| Antonio Moreno Neto | - |
| José Manssur | |

Grupo A

| Nome | Voto |
|---|----------------|
| Apparecido Teixeira | S |
| Dulce Arena Avancini | N |
| Edgard Ozon | N |
| Ernesto Julio Santos Corrêa Schleier | S |
| Gesualdo Di Nieri | S |
| Higino Carlos Freitas de Oliveira | S |
| José Paulo de Camargo Mello | N |
| Marciano de Araújo Neto | S |
| Márcio Beyruth | - |
| Maria Emma Jany Maerkl | S |
| Mario Marrese | S |
| Oswaldo Lopes Fiore | - |
| Pedro Paulo de Salles Oliveira | N |
| Peter Alfredo Burmester | N |
| Santo Romeu Netto | AUSENTE |
| Synesio Alves de Lima | S |
| Walter Leonelli | S |
| Walter Silva Bacelar de Barros | S |

Suplentes do Grupo A

| Chapa Pinheiros Sempre | |
|---|-------------|
| Nome | Voto |
| Adhemar Arnez Domingues | S |
| Laerte Leite Cordeiro | S |
| Cármem Sílvia Rocha Cabello Campos | S |
| Rubens Vecchio | - |
| José Guilherme Hausner | S |

| Chapa Pinheiros de Todos Nós | |
|-------------------------------------|-------------|
| Nome | Voto |
| Orlando Ferraz Alves | N |

Grupo B

| Nome | Voto |
|--|----------------|
| Adriano Lamardo Espírito Santo | S |
| Afonso Ferreira de Figueiredo | N |
| Alberto Bitelli | S |
| Alberto Caruso | - |
| Aldegonda Aparecida de Moraes Matarazzo Silva | S |
| Aldo Ferronato | AUSENTE |

| Nome | Voto |
|---|-------------|
| Aldo Malagoli | S |
| Alexandre Fiore Weyand | N |
| Alexandre Perrone Lomonaco | N |
| André Franco Montoro Filho | N |
| André Perego Fiore | N |
| Andreas de Souza Fein | N |
| Anna Rocha Lima Nacarato | S |
| Antonio Alberto Foschini | S |
| Antonio Augusto Brant de Carvalho | N |
| Antonio Avelino Luz Pessoa de Souza | - |
| Antonio Carlos Fiore | S |
| Antonio Carlos Foschini | S |
| Antonio da Silva Villarinhos | S |
| Antonio Toloza de Oliveira e Costa Filho | N |
| Arnaldo Luiz de Queiroz Pereira | N |
| Arnaldo Osse Filho | S |
| Benedicto Dias Ramos Neto | S |
| Bruno Minioli | S |
| Bruno Vagenin | - |
| Caio Luiz Avancine | N |
| Cândido Padin Neto | N |
| Carlos Augusto de Barros e Silva | S |
| Carlos Edmundo Miller Neto | N |
| Carlos Eduardo Porto Monaco | N |
| Carlos Roberto Sá de Miranda Bório | S |
| Cássio de Camargo Mello | - |
| Célio Cássio dos Santos | N |
| Cintia Turella di Stasi | - |
| Claudio Angerami | N |
| Djalma Funaro | N |
| Edmundo Comino Junior | S |
| Edson Minioli | S |
| Eduardo Ribas Oliveira Machado | S |
| Eduardo Sampaio d'Utra Vaz | N |
| Evandro Antonio Cimino | S |
| Fábio Andrade Reinbold | N |
| Fabio Antar Saad | S |
| Fabio Castello Branco Mariz de Oliveira | S |
| Fabio Prado Ferraro | S |
| Fernanda Catani Dutra Rodrigues | S |
| Fernando Silva Rohrs | N |

| Nome | Voto |
|---|----------------|
| Fernando Silva Xavier Junior | S |
| Flávio Henrique Rosa Tatit | S |
| Fotios Apostolopoulos | S |
| Francisco Antonio Vassellucci Filho | S |
| Francisco Carlos Collet e Silva | S |
| Francisco Flaquer Filho | S |
| Francisco Giordano Neto | N |
| Guilherme Giordano Beyruth | N |
| Heitor Ferreira Tonissi | N |
| Helena Carvalho | N |
| Helmut Peter Schütt | N |
| Henrique Checchia | S |
| Italo Mario Catani | S |
| Ivan Gilberto Castaldi Filho | N |
| Ivan Gilberto Castaldi Neto | - |
| Ivo Kesselring Carotini | S |
| Janice Bernardes Couto | S |
| João Benedicto de Azevedo Marques | N |
| João Manoel Rossi Neto | S |
| João Mário Faragó | - |
| João Paulo Rossi | - |
| John Herbert Buckup Junior | - |
| Jorge Roberto Corrêa Zantut | S |
| José Geraldo Louzã Prado | S |
| José Luís de Toledo Barros | S |
| José Luiz Fernandes Junior | N |
| José Luiz Ridolpho | S |
| José Luiz Toloza Oliveira Costa | S |
| José Luiz Trebilcock Tavares de Luca | S |
| José Renato de Andrade Martinez | AUSENTE |
| José Ricardo Pinheiro Lima | S |
| José Roberto de Arruda Loviat | - |
| José Roberto Coutinho de Arruda | S |
| Juracy Telles de Menezes | S |
| Leonardo de Moraes Caseiro | S |
| Ligia Tayar | - |
| Luciana Crestana Machado | S |
| Luciano Lazzarini | N |
| Luís Alberto Figueiredo de Sousa | - |
| Luiz Eduardo do Amaral Cardia | N |
| Luiz Eduardo Fernandes | N |

| Nome | Voto |
|--|-------------|
| Luiz Fernando Pugliesi Alves de Lima | S |
| Luiz Guilherme Laraya Kawall | S |
| Luiz Koji Ohara | N |
| Luiz Roberto Martinez | S |
| Marcelo Favalli | S |
| Marcelo Fincato Liberado | S |
| Marcelo Giordano Beyruth | N |
| Maria Ângela Cartolano de Almeida Barros | - |
| Maria Angélica Leite de Souza | - |
| Maria Cristina Nogueira de Sá Pikielny | S |
| Maria Delfina Comino | S |
| Maria Elisa Cappellano | N |
| Maria Luiza Porto Ferreira Braga | - |
| Mario Montenegro Gasparini | N |
| Mario dos Santos Guitti | N |
| Nelson da Cruz Santos | N |
| Odilon Gonçalves Lima Cardoso | S |
| Oswaldo Luiz Coelho Martins Pereira | - |
| Oswaldo Martins Pereira Neto | - |
| Palmira Izilda Lourenço de Campos Vergal | N |
| Patrícia Olivalves Fiore | - |
| Paulo Eduardo Vargas Machado Sartorelli | S |
| Paulo Kesselring Carotini | - |
| Paulo Maurício Carvalho de Siqueira | S |
| Paulo Sergio Uchôa Fagundes Ferraz de Camargo | N |
| Pedro Del Negro Tayer | N |
| Pedro Guilherme de Vergueiro Lobo | - |
| Qamal Elias Donato | N |
| Rafael Porto Ferreira Braga | - |
| Reinaldo Fernandes Campos | S |
| Renato Lazzarini | N |
| Ricardo Alberto Carneiro La Terza | S |
| Ricardo Coutinho Carvalhal | - |
| Ricardo Espírito Santo | S |
| Rita Olívia Capua Amaral Velloso | S |
| Roberto Augusto Muzzi Além | S |
| Roberto Cappellano | N |
| Roberto Gouveia Quartim | N |
| Roberto Höfling | N |
| Ronaldo Bueno Donato | N |
| Sergio Moura Paula | S |

| Nome | Voto |
|--|-------------|
| Severiano Atanes Netto | S |
| Silvia Schuster | N |
| Vera Helena Dias Pessanha | S |
| Victorio Antonio Mario Lomonaco | N |
| Vitor Castaldi | - |
| Waldir Lachowski | S |
| Walter Silva | S |
| Wilma de Almeida Gonçalves | S |
| Zilda Angela Ramos Costa | S |

Suplentes do Grupo B

| Chapa Pinheiros Sempre | |
|--|-------------|
| Nome | Voto |
| André Novaes Patury Monteiro | S |
| Jonas Arruda Novaes Ferreira | S |
| Waldemar Arthur Zamariola | S |
| Antonio Aloí | S |
| Marley Perrotta Spada | S |
| Nilson José Iasi | - |
| Analice Cajueiro Fernandes | S |
| Francisco Montagna Filho | S |
| Ovidio Lopes Guimarães Junior | S |
| Achiles Roberto Miglioli | S |
| Leon Majer | S |
| Rui Dolabella Pereira | S |
| Luís Eduardo Pinheiro Lima | - |
| Manoel Shapazian Junior | S |
| Reynaldo Battaglia Nogueira | S |
| Reinaldo Pinheiro Lima | S |
| Sylvio Renan Monteiro de Barros | S |
| Miguel Gouveia Spada | - |
| Giselda Puglisi Napoli | S |
| Fernanda Cobra Ortiz | S |
| Clovis Bergamo | S |
| Nice de Lima | S |
| Suzana Pasternak Kuzolitz | S |
| Celsa Maria Taglianetti | S |

| Chapa Pinheiros de Todos Nós | |
|---|-------------|
| Nome | Voto |
| Maria Helena Braga Serzedo | - |
| Elizabeth Cardoso de Almeida Vicente | N |
| Tarcísio de Barros Bandeira | - |
| José Roberto Carneiro Novaes Junior | N |
| Telma Magalhães Buckup | N |
| Gian Vittorio Taralli | S |
| Roberto Antonio Kirschner | N |
| Marcello Giuntini Popoff | - |

| Chapa Participação | |
|--|----------------|
| Nome | Voto |
| Carlos Henrique Silva Gordo Pugliesi | AUSENTE |
| Maria Emília Alves Rocha dos Santos | - |
| Antonio Carlos de Oliveira | AUSENTE |
| João Vicente Roberto de Queiros Mattoso | - |

| Chapa Pra Frente Pinheiros | |
|-----------------------------------|----------------|
| Nome | Voto |
| Rodrigo Junqueira | AUSENTE |
| Eloísa Maria Amaro | S |

| Chapa Fala Pinheiros / MCI | |
|-----------------------------------|-------------|
| Nome | Voto |
| Rosa Maria Mira Santos | S |

Primeiro Secretário – Sem mais Conselheiro a chamar, peço perdão por ter pronunciado algum nome errado e vamos passar à contagem.

Presidente – Srs. Conselheiros, eu vou proclamar o resultado: Votaram “Sim” - 110 Conselheiros, votaram “Não” - 57 Conselheiros. Eu vou proclamar o resultado. Por maioria de votos, o Conselho Deliberativo autorizou a Diretoria a utilizar recursos do Fundo Especial no valor de R\$8.048.610,78, destinado à conclusão da obra do Complexo Faria Lima – Novo Estacionamento e Ginásio de Tênis. Faltam 15 minutos para a meia-noite.

- Conversas paralelas entre várias pessoas, enquanto se retiram do plenário.

Presidente – Por favor, a reunião ainda não está encerrada. Pois não, Dr. João.

João Benedicto de Azevedo Marques – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação, nós vamos ficar com um número bem menor e temos ainda três assuntos altamente relevantes e já é praticamente meia-noite. Eu ponderaria se não seria mais prudente nós deixarmos esses assuntos para uma próxima reunião, para que possamos discutir com critério.

Presidente – Então eu vou tomar essa liberdade. A próxima reunião é em novembro e é uma das duas ordinárias de todo ano, eu não vou colocar em reunião extraordinária, embora possa e, ordinária ao mesmo tempo, porque sei que também vamos discutir longamente a proposta orçamentária. Os assuntos, como disse o Dr. João, são altamente relevantes e eu gostaria de encerrar este ano examinando esses assuntos porque são os únicos assuntos pendentes do Conselho Deliberativo, que está com sua matéria em dia. Então eu gostaria de dizer aos senhores que, como a reunião ordinária será na última segunda-feira do mês de novembro, eu estou pretendendo, com aquiescência dos senhores, convocar para depois do feriado do dia 15 de novembro uma reunião extraordinária do Conselho só para que possamos examinar fundamentalmente esses assuntos, porque tirante o meu recurso, temos recurso de associado que está cumprindo uma sanção e que tem o direito de ver esse direito apreciado. Afora, o outro recurso que eu gostaria e, muito, de vê-lo apreciado nesta Casa. Então eu vou convocar uma reunião extraordinária para novembro e a ordinária, que já está marcada.

Arlindo Virgílio Machado Moura – Sr. Presidente, data vênia o Exmo. Conselheiro João Benedicto, eu acho que nós devíamos e encerrar os assuntos hoje, porque essa é uma das posições do Conselheiro, o Conselheiro também tem que se sacrificar, qual é o problema de você ficar até às 4h00 da manhã? Você fica numa festa, por que não pode ficar aqui?

Presidente – Tem um bom número, eu vou colocar em votação. Os Conselheiros que pretenderem...

Luiz Roberto Martinez - Mas a quantidade que já saiu é muito grande, quer dizer, vai distorcer.

Presidente – Mas eu vou consultar.

Luiz Roberto Martinez - Mas distorce porque a grande quantidade já saiu.

Presidente – É um direito que eles têm.

Luiz Roberto Martinez - O resultado é distorcido, não há possibilidade.

Presidente – O horário é meia-noite, eu vou consultar. Os Conselheiros que estiverem de acordo com a proposta do Conselheiro João Benedicto de darmos por encerrada essa reunião e convocarei uma extraordinária em meados de novembro e depois a ordinária, permaneçam como estão. Os Conselheiros que estiverem de acordo com a proposta do Conselheiro Arlindo, de prosseguirmos com os trabalhos, queiram se levantar, por favor. Ficou aprovada a proposta de encerramento da reunião. Mas eu irei convocar, ainda em novembro, essa reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Presidente – Informou quantos Conselheiros tinham assinado a lista de presença e deu por encerrada a reunião às 23h55.

* * *

Obs: esta Ata foi aprovada na 627ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 25 de novembro de 2013, com as retificações já dela constantes.

José Manssur
Presidente do Conselho Deliberativo

Eduardo Ribas Oliveira Machado
Primeiro Secretário do Conselho Deliberativo